

**SECA E PODER**  
entrevista com  
**Celso Furtado**



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Entrevistado por Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e Raimundo Rodrigues Pereira, o economista Celso Furtado tece neste pequeno livro uma aprofundada e provocante análise histórica da seca no Nordeste do Brasil — e por que um fenômeno cujas causas e soluções são conhecidas permanece como um flagelo para milhões de brasileiros.



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ISBN 85-88469-11-4



9 788588 469114

Celso Furtado, 78 anos, é uma das estrelas mais brilhantes da elite intelectual brasileira. Autor do clássico *Formação econômica do Brasil*, quando tinha 39 anos, e depois de mais de 30 livros, é um nordestino do Sertão, que cresceu vivendo as histórias da seca. Em 1915, seu avô perdeu o gado que tinha no interior da Paraíba, em função da estiagem. Em 1959, logo depois de o país ter vivido mais um dos choques periódicos ao ver as pessoas morrendo de fome no Nordeste, em função da seca, Celso Furtado foi convidado por Juscelino Kubitschek para fazer a Sudene, a instituição federal que passou a centralizar os

esforços para desenvolver a região. Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e eu fomos ouvi-lo, no seu apartamento em Copacabana, no Rio de Janeiro em agosto de 1998, sobre a seca no governo de Fernando Henrique Cardoso, outros nomes famosos da nossa elite de pensadores. Como se verá pela entrevista, Celso Furtado é diferente.

RAIMUNDO RODRIGUES  
PEREIRA

*SECA E PODER*

*ENTREVISTA COM CELSO FURTADO*

Ponto de Partida

Leia também da Coleção Ponto de Partida:

*Orçamaneto Participativo:  
a experiência de Porto Alegre*  
Tarso Genro e Ubiratan de Souza

*Versões e Ficções:  
O seqüestro da história*  
Vários autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

XXXXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX XXXXXX

XXXX XXXX XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXX XXXX

XXXXXXXXXX x x x x XXXX

Várias autoras.

ISBN 85-86469-07-6

1. Discriminação contra mulheres — Brasil 2.  
Feminismo — Brasil 3. Identidade de gênero — Brasil 4.  
Mulheres e socialismo — Brasil I. Borba, Ângela. II. Faria,  
Nalu. III. Godinho, Tatau.

---

Copyright © 1998 by Celso Furtado  
ISBN 85-86469-11-4

# *SECA E PODER*

*ENTREVISTA COM CELSO FURTADO*

*ENTREVISTADORES:*

*MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES*

*MANUEL CORRELA DE ANDRADE*

*RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA*



**EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

*Fundação Perseu Abramo*

Instituída pelo Diretório Nacional  
do Partido dos Trabalhadores  
em maio de 1996

*Diretoria*

Luiz Dulci - Presidente  
Zilah Wendel Abramo - Vice-presidente  
Hamilton Pereira - diretor  
Ricardo de Azevedo - diretor

*Editora Fundação Perseu Abramo*

*Coordenação editorial*

Flamarion Maués

*Edição de Texto*

Raimundo Rodrigues Pereira

Agradecemos a Manuel Correia de Andrade pela redação das notas de rodapé de cunho técnico que acompanham o texto.

*Revisão*

Antônio Cerveira de Moura  
Priscila Úrsula Santos

*Projeto Gráfico da Capa*

Eliana Kestenbaun

*Editoração Eletrônica*

Augusto Gomes

1ª edição: outubro de 1998

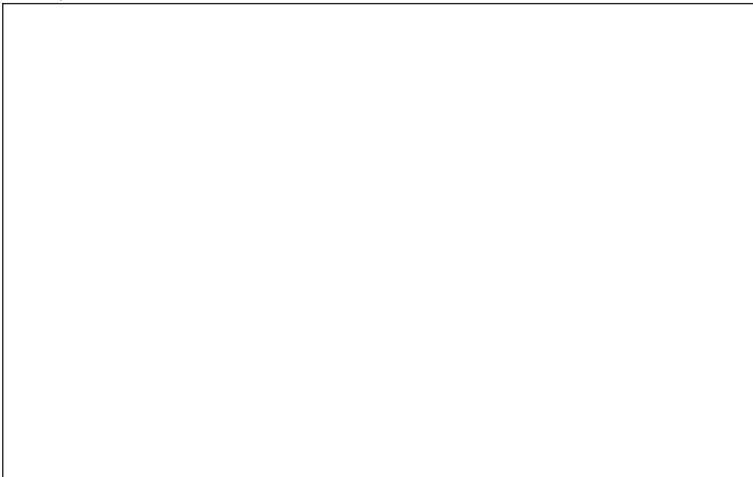
Todos os direitos reservados à  
Editora Fundação Perseu Abramo  
Rua Francisco Cruz, 234  
04117-091 - São Paulo - SP - Brasil  
Fone: (011) 571-4299 / Fax: (011) 573-3338  
Home-page: <http://www.fpabramo.org.br>  
E-mail: [editora@fpabramo.org.br](mailto:editora@fpabramo.org.br)



# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
MAPA 1: REGIÕES GEOGRÁFICAS E PRINCIPAIS CIDADES DO NORDESTE.....	13
MAPA 2: POLÍGONO DAS SECAS.....	14
O DRAMA DA SECA.....	17
OS SEM-TERRA.....	29
AGRICULTURA E MERCADO.....	36
IRRIGAÇÃO.....	43
CLIENTELISMO E MODERNIDADE.....	54
A CRIAÇÃO DA SUDENE.....	63
FRANÇA E CEPAL.....	59
CAPITALISMO E GLOBALIZAÇÃO.....	83

Vera Siqueira



Da esquerda para direita: Manuel Correia de Andrade, Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado e Raimundo Rodrigues Pereira, durante a entrevista (24/08/98).

## PREFÁCIO

Um livro de Celso Furtado é sempre um acontecimento, uma vez que ele é um dos intelectuais mais bem-dotados do país; ao lado de uma sólida cultura, apresenta também grande experiência administrativa. Como cientista, escreveu numerosos livros sobre a problemática brasileira e latino-americana, ora de forma global, estudando o país ou o continente como um todo, como ocorre com o mais conhecido de seus livros, *Formação econômica do Brasil*, ora analisando os aspectos da economia brasileira ou internacional em determinados aspectos. De qualquer forma, sempre o faz com precisão e segurança.

Embora dominando os métodos econométricos, Celso Furtado não se limita a usá-los, ignorando o contexto econômico-social em que os problemas analisados se inserem; as suas análises são substancialmente enriquecidas com considerações que interessam tanto aos economistas como aos cientistas sociais em geral. O estilo usado na análise dos problemas, em seus diversos livros, inclusive nos de memórias, é escorreito e agradável.

Dentre as inúmeras teses que levantou, convém salientar a de que a pobreza do Nordeste não é, como se afirmava então (década de 1950), conseqüência da seca,

mas sim do subdesenvolvimento e da exploração da região pelas próprias elites nordestinas e por grupos diferentes de outras regiões do país. Estudando a região, sobretudo no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), ele salienta que a pobreza resulta muito mais da forma de exploração da terra e das relações de produção, do que do impacto da seca; o problema é muito mais social que natural. Para isto, propôs ao Congresso Nacional uma lei de irrigação para o Nordeste, defendendo a desapropriação das terras a serem beneficiadas por este programa, a orientação das culturas que deveriam ser feitas e o controle da produção, com a fixação do agricultor à terra. Era essa, para ele, uma forma de evitar uma agricultura degradadora da paisagem e dos solos e empobrecedora dos trabalhadores —, era uma forma de intervenção na estrutura social do Sertão.

Infelizmente o Congresso de então, bastante conservador, não aprovou a lei, e após os idos de março de 1964, tornou-se impossível uma visão social da problemática brasileira.

Ao propor uma política para o desenvolvimento do Nordeste, ele, que vinha da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) com uma forte experiência dos problemas latino-americanos, se batia pela realização de uma reforma agrária moderada, com a troca de terras dos latifúndios, e pela implantação de estruturas que tornassem os mesmos mais produtivos. Nessas terras cedidas seria desenvolvida uma política de agricultura

familiar, ao lado de uma política de industrialização que, naturalmente, iria modificar o parque açucareiro e algodoeiro, diversificar os tipos de indústria existente, além de promover a transferência de excedentes populacionais das áreas superpovoadas para áreas em povoamento, como o noroeste do Maranhão e o sul da Bahia, e a modernização dos serviços, atingindo os vários setores da sociedade. Um programa como este iria provocar uma forte reação das elites nordestinas, acostumadas a ser beneficiadas pelos governos federal e estadual, e a desenvolver a chamada “indústria da seca”. A posição dos que se opunham variava desde uma certa condescendência com a política de industrialização que não atingia os seus supostos direitos, até uma oposição sistemática a projetos de reforma agrária ou de mudanças políticas. Por isto, o superintendente da Sudene era acusado de subversivo e até de comunista, tendo sido, em consequência, uma das primeiras personalidades atingidas pela cassação dos direitos políticos, após o golpe de 1964.

Mas, se ele deu uma contribuição de ordem político-administrativa para o desenvolvimento da região, deu também uma contribuição da maior importância, do ponto de vista científico, ao caracterizar a agricultura nordestina do período colonial como capitalista, de vez que na área canavieira o aporte de capital na implantação dos engenhos foi dos mais expressivos, sobretudo se comparado com a agricultura feita em outros continentes, onde havia uma contribuição mais expressiva da força de trabalho. Esta posição vinha contestar a velha teoria,

aceita desde o século passado, inclusive por Joaquim Nabuco, de que teria havido uma espécie de feudalismo no Brasil, no período em que se usou a força de trabalho escrava.

Celso Furtado, com os seus numerosos livros e artigos em revistas especializadas, nos deu, por mais de quatro décadas, uma contribuição científica e cultural ao conhecimento da sociedade brasileira e aos tópicos gerais da cultura econômica, histórica e sociológica.

A sua experiência administrativa, porém, não é inferior à cultural; trabalhando em organismos nacionais e internacionais, exerceu a superintendência da Sudene por quase cinco anos, organizando-a, instalando-a desde a fase do GTDN e do Codeno (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste) até a sua plenitude, onde se fez cercar de jovens técnicos do nível de Francisco de Oliveira, de Jader de Andrade e de Nilton Santos, entre outros. Ocupou o Ministério do Planejamento no governo João Goulart, quando se procurava uma saída democrática para o Brasil mediante a solução de seus problemas de base. O golpe de 1964 afastou-o do país numa ocasião das mais difíceis para o Brasil, impedindo que se fizesse reformas de base, sobretudo a agrária, e que se levasse o país para o caminho do desenvolvimento. No período em que viveu no exílio, ele se dedicou sobretudo à vida universitária, lecionando nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França. Com a redemocratização, retornou ao Brasil para exercer, no governo Sarney, o Ministério da Cultura, demonstrando que não era apenas um econo-

mista, mas um cientista com uma visão geral do mundo, do país e dos problemas brasileiros.

Na entrevista que concedeu a três interlocutores, Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e Raimundo Rodrigues Pereira, de que resultou este livro, Celso abordou sobretudo o problema da seca e do subdesenvolvimento, demonstrando que a seca que enfrentamos periodicamente — geralmente uma em cada dez anos — é muito mais um problema social do que natural. Isto porque é um fenômeno conhecido e a sua ocorrência previsível; se se desenvolvesse uma política preventiva ela não seria o flagelo que nos aflige desde o período colonial. A correção pode ser feita com uma emigração organizada para áreas subpovoadas, democratizando o acesso à terra, desenvolvendo a agricultura seca em algumas áreas favoráveis à mesma, e também a irrigação em pontos e em proporções que não degradassem os solos. Ele aí se baseia sobretudo nos ensinamentos do conceituado agrônomo Guimarães Duque.

Na sua entrevista, Celso Furtado procura esquetizar as suas concepções de desenvolvimento, indicando a linha em defesa da promoção do mesmo — que ele executou durante o período em que dirigiu a Sudene —, mostrando não só as linhas gerais da política que desenvolveu, como também a oposição que enfrentou durante o seu período administrativo.

Mas, não ter podido permanecer no país após a sua destituição, o poupou de ver como a obra que procurou realizar foi mutilada e impedida de ser executada

numa diretriz que fosse atender às aspirações e necessidades populares.

A leitura do livro é de grande utilidade para todos, especialistas e não especialistas, devido à soma de informações que contém, às sugestões que faz e à independência das diretrizes que defende, muitas delas de grande atualidade. Da sua leitura podemos concluir como o Brasil está perdendo por não manter um homem do porte intelectual e da honestidade de Celso Furtado em cargos-chaves para o desenvolvimento nacional. O compromisso de brasileiro e de nordestino é mantido com a maior intensidade, sendo de grande importância esse compromisso que o cientista tem para com o país, com o seu desenvolvimento e, sobretudo, com o bem-estar do povo brasileiro.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE



MAPA 1  
REGIÕES GEOGRÁFICAS E PRINCIPAIS CIDADES DO NORDESTE  
Projeção Policônica

## MAPA 2

### POLÍGONO DAS SECAS

Fonte: ETENE/BNB.  
Org.: Manuel Correia de Andrade  
Des./Ed. Graf.: Fernando J. C. C

## O DRAMA DA SECA

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA — *Proponho que comecemos por uma indagação atual: qual a responsabilidade de Fernando Henrique Cardoso e do seu governo — pelas providências ou ausência de providências — na crise desta seca de 1998?*

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES — *O mestre é quem fala. Deveria falar não só da crise do velho Nordeste, mas também sobre a crise no mundo. O senhor vem falando há tempos sobre essas coisas. É como se todo o esforço que se tem feito no sentido de eliminar a pobreza, de propor soluções estruturais, desse em nada. É como se a gente não conseguisse correr com o tempo, não é, Celso? Eu queria que você comentasse como é que está se sentindo. Eu, para variar, como você sabe, estou péssima, com a roda da história na cabeça; mas, você, que consegue manter alguma distância...*

CELSO FURTADO — *Vamos começar pelo drama da seca, que se repete. O drama do Nordeste é demasiado conhecido. Não é de hoje e nem vou responsabilizar um determinado governo. Tentei fazer alguma coisa no Nordeste e sei como é difícil qualquer mudança. A responsabilidade maior é da classe política nordestina, que se prevalece das suas posições no governo para dificultar a formulação de uma política. A verdade é que nós todos sabemos muito bem o que fazer no Nordeste. O Nordeste teve*

um desenvolvimento considerável nestes últimos 20 ou 30 anos. Urbanizou-se, tem uma classe média bem instalada, e deixou esses 10 milhões de nordestinos da zona semi-árida<sup>1</sup> mais ou menos ao abandono, dependendo de uma ajuda circunstancial para sobreviver. Não há nenhuma região semi-árida do mundo tão povoada como o Nordeste. Já é difícil de se entender como se mantém isto. Na Sudene<sup>2</sup>, tentamos orientar a migração de mão-de-obra do Nordeste para o Maranhão, para a Amazônia, de forma sistemática, distribuindo terra para essa gente. As regiões semi-áridas são pouco povoadas. Não que elas não possam ter viabilidade, mas não são aptas para criar muito emprego. E o Nordeste semi-árido tem, ainda hoje, 10 milhões de habitantes; tem, portanto, um excesso de população.

Isso é o lado profundo do problema. Mas o problema urgente é outro. É uma questão de obras de emergência. Isso todo mundo já sabe. Não precisa ter imaginação para saber que, quando ocorre uma seca, o que hoje em dia já se pode prever perfeitamente, ou razoavelmente bem, se lança mão de uma ajuda de emergência. Essa ajuda se tornou muito mais fácil nos últimos anos. Hoje, você pode transportar água com mais facilidade. Mas é preciso estar

---

1. Área territorial em que há deficiência e/ou irregularidade de chuvas, fazendo com que a evaporação seja superior à precipitação. Geralmente, nestas áreas há ocorrência de secas periódicas. No Brasil ela compreende mais de 900.000 km<sup>2</sup> do Nordeste.

2. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Criada pela lei nº 3.692, seu objetivo é promover e coordenar o desenvolvimento do Nordeste. Celso Furtado foi seu primeiro superintendente.

preparado: prever e lançar os projetos na hora certa. Por outro lado, é preciso que esses projetos não fiquem sendo manipulados pelos grupos locais. A novidade da Sudene foi que ela preparou uma carteira de projetos de emergência. O drama que estamos presenciando é o da falta de renda de uma população miserável, que passa a morrer de fome porque depende, para comer, dessa pequena renda que tem. Isso tudo é sabido, conhecido. O nosso amigo Manuel Correia de Andrade, que está aqui, também sabe. Agora, o que me surpreendeu, e eu disse já mais de uma vez para a imprensa, é que o governo não tivesse agido preventivamente, porque sabia que essa seca vinha. Hoje, existem muitos recursos para previsão, e sabe-se mais ou menos a probabilidade da ocorrência da seca. E a ação rápida, por meio de projetos de emergência, é coisa que se pratica há muito tempo. Nos meus anos na Sudene, nunca houve propriamente seca dessa forma flagrante, pois quando o inverno era fraco nós já tínhamos o mapa da situação. Prevíamos perfeitamente e levávamos ajuda à população, criando frentes de trabalho — frentes úteis de trabalho, de construção e manutenção de rodovias, da chamada *dry farm*<sup>3</sup>, agricultura seca. Portanto, o que me surpreendeu foi que este governo, 40 anos depois, com muito mais meios para prever e agir, não ti-

---

3. Sistema de exploração agrícola típico das áreas com deficiência de umidade, onde a agricultura é feita sem uso de irrigação, concentrando-se em produtos de ciclo vegetativo curto que aproveita a curta estação chuvosa. Entre os produtos largamente usados neste sistema agrícola destacam-se o amendoim e o sorgo.

vesse uma carteira de projetos pronta e iniciasse a ação rapidamente, para evitar esse escândalo. A população morrendo de fome, de sede por falta de ajuda pública. Porque é um problema de ajuda pública. Não existe nenhuma região do mundo submetida a esse susto. Quem tem um problema de semi-aridez já possui uma política para enfrentá-lo. O Nordeste não é uma região árida, mas semi-árida, de um tipo muito particular, porque a precipitação pluviométrica é normalmente alta. O Nordeste tem um inverno razoável, mas sua estrutura social é muito frágil, porque depende diretamente da agricultura. E quando a agricultura desaparece, por causa da seca, fica-se sem comida. Normalmente, quando a população fica sem emprego, em qualquer parte do mundo, mesmo no Brasil, a fórmula é ajudá-la com antecipação, antes que passe fome. Portanto, considero um escândalo que, hoje em dia, estejamos repetindo um discurso que todos nós sabemos que resulta de incúria. Fernando Henrique sabe disso. Um pouco se explicando, ele disse que não foi prevenido, que recebeu a informação em duas ondas: informaram bem no começo, depois informaram mal, dizendo que não havia problema. Ora, isso ocorreu porque ele está cercado de gente interessada mais na indústria da seca do que na solução do problema da seca. Como presidente da República, ele tem todos os meios para estar bem informado. Fui superintendente da Sudene por seis anos e me recordo: nunca fomos apanhados desprevenidos. O que não queríamos era agir no sentido de reforçar essa estrutura agrária. Por isso, simultaneamente lançamos a

idéia de uma transformação da estrutura agrária. Por exemplo, queríamos que se liberasse terra na Zona da Mata<sup>4</sup>, na zona úmida, onde havia muita terra subutilizada, para absorver gente. E queríamos que fosse adotada uma agricultura adaptada à região semi-árida, que emprega pouca gente: sabíamos que era preciso combinar a *dry farm* com a irrigação. Para isso, tentamos aprovar uma lei de irrigação. Uma das maiores batalhas que tive na Sudene, provavelmente a mais completa derrota que tive, foi no projeto de lei de irrigação. Já para aprovar o projeto no Conselho da Sudene foi um sacrifício. O projeto de irrigação dizia, basicamente, o seguinte: o dinheiro posto pelo governo na irrigação tem de ser de interesse social, não é para reforçar o que existe como estrutura agrária. Portanto, tinha de haver desapropriação dessas terras antes que elas se valorizassem.

RRP — *Agora, em 1998, você falou que a reação do presidente foi dizer que estava mal informado. Ele chegou a lhe consultar, telefonar?*

CF — Não. Ele tem os seus assessores. Eu estou muito longe de tudo isso. Se me perguntasse qualquer coisa, o que eu poderia dizer? Falar de minha experiência? Ele diz que, numa primeira vez, foi bem informado; depois,

---

4. Denominação dada, no Nordeste Brasileiro, à faixa estreita que acompanha o litoral oriental da região onde há um clima quente e úmido. Ela se estende desde o Rio Grande do Norte até a Bahia (observe mapa na p.13) e nela se desenvolve sobretudo a agroindústria canavieira.

que negaram as informações. Senão, o governo teria agido mais rápido. Eles agiram: tem muita gente em frente de trabalho. Mas agiram atrasados. E quem se beneficia de uma ação atrasada na seca são certos grupos, particularmente o pessoal que vive direta ou indiretamente da seca.

RRP — *Com a coligação de forças que existe em torno do presidente Fernando Henrique, com o apoio que representa para ele o PFL nordestino, lhe surpreende que seu governo tenha agido como agiu?*

CF — Não me surpreende. Essas forças foram exatamente as que me derrotaram na Sudene. Para a lei de irrigação, contei com o apoio dos militares, do pessoal dos batalhões de engenharia. O próprio comandante militar da região me apoiou. Vários governadores estavam contra; não queriam nem tocar em irrigação com desapropriação de terras. Diziam: “Isso aí se resolve caso por caso...”. Só quando o comandante militar declarou que considerava fundamental para a segurança pública do Nordeste abordar esse problema de frente, com uma lei de irrigação, foi que eles recuaram. Mas recuaram porque sabiam que podiam bloquear o projeto no Congresso. E assim foi: depois de aprovado pela Sudene, o projeto de lei foi rejeitado pelo Congresso. A maior parte dos deputados nordestinos, na época, era contrária à Sudene. Meu maior inimigo era Argemiro de Figueiredo, senador pela Paraíba, o meu estado, e muito influente. Nunca me esqueço de uma coisa curiosa que ele disse em um discurso no Congresso: “Precisamos nos livrar desse astuto



bolchevista...”. Esse era o clima: não se deixava passar nada. Se, 40 anos atrás, tivéssemos começado uma transformação da estrutura agrária por esse método — desapropriar antes de irrigar e antes de açudar... Há muita água, muita açudagem feita no Nordeste. Só que ela é subutilizada do ponto de vista da irrigação, só serve para pecuária...

MCT — *E pecuária tem dono, não é?*

CF — Tem, e vai consolidar a estrutura que existe. O pessoal de Pernambuco, por exemplo, era totalmente a favor da Sudene quando se tratava de industrialização. Quando se tratava de mexer com estrutura agrária, era outra coisa. A Sudene fez um trabalho excepcional, admirado, que no mundo inteiro se reconhece como importante. Fez com que o Nordeste tivesse um crescimento bem maior que o do resto do Brasil nesses 30 ou 40 anos. A renda per capita do nordestino era 40% da média brasileira, naquela época, quando cheguei lá; hoje em dia é 60%...

MCT — *Só que muito mal distribuída.*

CF — De qualquer modo, o Nordeste, hoje em dia, é outra coisa. Tem um sistema industrial bastante sólido, um sistema viário muito bom. Tudo isso foi feito; mas, na estrutura agrária não se tocou. Então, você tem 10 milhões de pessoas que passam fome quando há uma seca. A coisa perversa da estrutura agrária do Nordeste é que não existe um sistema de assalariados propriamente. A

massa da população é de meeiros. Meeiro em terra de latifundiário trabalha sob a forma de participação em produtos, é pago em produto natural. Produz para comer. O excedente que é comercializado beneficia o dono da terra. A parte do trabalhador é só para ele sobreviver, é um salário de subsistência. Nessa estrutura social tão particular, o ponto fraco é o pobrezinho que está lá embaixo, é o morador, o meeiro que produz comida para sobreviver e criar um excedente para o dono da terra. Quando acontece uma seca, toda a estrutura sofre, mas o peso maior é suportado pelos que estão mais embaixo. A seca, na verdade, é o colapso da produção agrícola. E esse colapso se traduz em fome. Onde a população é assalariada, atravessa-se a seca. Com obras de emergência se substitui o salário, mesmo que de forma precária. Tudo isso já foi discutido amplamente. A Sudene trabalhou exaustivamente sobre esse problema, com gente do mundo inteiro. O projeto de irrigação no São Francisco, que nós lançamos, foi monitorado por gente muito competente: franceses, técnicos das Nações Unidas, de Israel, estudando águas subterrâneas no Piauí, no Rio Grande do Norte. No caso do São Francisco, tivemos a sorte de começar desapropriando as terras. Quando saí, já haviam desapropriado bastante terra, que era utilizada para irrigação, em projetos com lotes pequenos. Isso foi um pouco modificado. Na verdade, a terra voltou a se concentrar, como sempre acontece. Se não houver uma vigilância muito grande, essa terra dividida tende a ser comprada por um e por outro. A rigor, não se pode lutar muito

contra isso: esse pessoal paga salários; portanto, o morador não corre mais o risco de morrer de fome na seca.

RRP — *Ainda para fazer uma avaliação da seca e discutir a questão da responsabilidade política. Não estamos diante do mesmo fenômeno que as becatombes com meio milhão de mortos, como a seca de 1887. Mesmo assim, os números são dramáticos. A Folha de S. Paulo<sup>5</sup> fala sobre o aumento da mortalidade infantil, já detectado no Nordeste, da ordem de 30% a 80%. Com base nisso, eu fiz uma conta, que pode até ser simplória, mas a impressão que tenho é que milhares de recém-nascidos morreram nessa seca, por falta de medidas preventivas.*

CF — Uma coisa importante a ter em conta é que a mortalidade infantil não decorre tanto da seca. Recentemente, cidades no Ceará reduziram a mortalidade infantil consideravelmente com medidas muito simples. Bastou tratar a água, que era poluída...

RRP — *Estou falando no aumento da mortalidade infantil do ano passado para este ano, em função da miséria criada pela seca...*

CF — Há tempos, se descobriu essa coisa simples de que tratando a água se conseguiria reduzir enormemente a mortalidade infantil. Isso é impressionante e mostra o desleixo que existe! Foi comigo para o Nordeste o Mário Magalhães da Silveira, um médico sanitário, que fez um estudo e me disse: “É muito simples. Se você resolver o problema da água

---

5. SANTOS, Mário Vitor. Seca faz mortalidade infantil crescer 180%. *Folha de S. Paulo*, 23 ago. 1998, p. 1-5.

poluída, reduz em 40% a mortalidade infantil. Isso é a coisa mais barata do mundo, é só tratar a água”.

RRP — *Mas no que diz respeito a essa reversão da taxa de mortalidade infantil nas áreas vitimadas pela seca, a responsabilidade por esse fato — essas milhares de mortes — parece-me que deve ser atribuída a alguém.*

CF — A seca é uma coisa terrível. Muita gente morre, outros têm sua vida encurtada pela fome. Nunca se fez um estudo para medir o custo humano real de uma seca. Geralmente, isso é ignorado, ocultado. A classe política nordestina tem um complexo muito grande com respeito a certas coisas, oculta tudo, não gosta que se estude isso. Porque tem consciência de culpa. Sabe que há tanta coisa que podia ter evitado, mas tem medo que tudo também desmorone, que o mundo deles venha abaixo. Porque na região urbana do Nordeste se vive bem, a classe média está bem instalada, as universidades são uma beleza, houve criação de empregos de qualidade.

MCT — *Já os mais pobres...*

CF — Claro. Você chega a João Pessoa, por exemplo, vê a classe média nas praias, em casas bonitas, e nos bairros pobres é uma coisa terrível, com um desemprego enorme. Na Paraíba, a produção de algodão — que justificava um pouco essa população do semi-árido — veio abaixo.

MCT — *E veio abaixo porque se resolveu importar algodão; não se deu crédito para produzir algodão e se resolveu importar...*

MANUEL CORREIA DE ANDRADE — *Uma das coisas que constatei no Sertão do São Francisco, na década de 1950, numa pesquisa que fiz por lá, é que um percentual muito grande de crianças morria com sete dias de nascido, de tétano no cordão umbilical. Chamava-se vulgarmente de “mal dos sete dias”. Conversando com um médico que vivia na região, ele dizia que o parto era feito por parteiras que não tinham conhecimento e cortavam o cordão umbilical com tesoura sem estar desinfetada... Isso era em 1953.*

CF — Como acontecia na Europa, no século passado. Seria possível, com medidas simples, reduzir a mortalidade infantil. A classe dirigente nordestina sabe tudo isso. Esses estudos são feitos há décadas. E por que não se aplicam? Ou por que se aplicam com tanta modéstia?

MCT — *Numa situação dessas, uma pessoa dizer que não foi bem informada de uma crise desse tamanho, quando todo mundo tinha avisado, quando todos falavam do efeito El Niño...*

CF — A realidade é que nessa seca tudo, aparentemente, foi decidido com muito desleixo. Como já disse, há a indústria da seca, gente que ganha com a seca, porque ela significa muito dinheiro do governo chegando para o comércio, para financiar as frentes de trabalho etc. A seca é um negócio. Na Paraíba, por exemplo, havia as fortunas feitas pela seca; diversas fortunas de Campina Grande decorriam de vantagens públicas. Isso mostra a ligação entre a máquina política, o controle da administração...

MCT — *E o controle da terra...*

CF — E o latifundismo. Na verdade, à medida que deixou de ser uma calamidade para o gado, a seca mudou de natureza. No passado, meu avô, por exemplo, foi arruinado porque o gado dele morreu na seca de 1915. Foi uma seca tão tremenda que morreu todo o gado. Quando veio a seca de 1919, o que restava de gado foi transferido para Campina Grande, mas no caminho foi morrendo. A família de meu avô, que tinha propriedades no Sertão, se arruinou. Eu me criei ouvindo essas histórias. Hoje em dia, o gado é todo salvo, porque há os açudes e os caminhões para transportar.

MCA — *Eu sei de casos de fazendeiros que têm gado no Sertão do Nordeste e transferiram toda a vacaria para a Zona da Mata de Pernambuco, ou para o Maranhão ou Tocantins, porque conseguem arrendar terras baratas por lá.*

CF — Antes, a seca era uma calamidade também para a pecuária...

MCT — *A seca, antes, era uma calamidade natural. Não hoje...*

CF — Hoje em dia, não dói no fazendeiro. Dói na população, que fica sem comida.

## OS SEM-TERRA

RRP — *Falando em manipulação política da seca: um coro de vozes — até a primeira-dama, dona Ruth Cardoso — procurou responsabilizar os sem-terra por estarem saqueando, perturbando a distribuição de alimentos e fazendo propaganda do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra]. Isso seria um problema, um uso político indevido da seca. Como você vê a questão do Movimento dos Sem Terra nesta seca?*

CF — O MST é um movimento legítimo, que é respeitado e já demonstrou que tem grande responsabilidade, não improvisa nada. O MST partiu de uma situação de desleixo do governo. O que fez eu acho perfeitamente natural, isso é forma de fazer política. Pior é acusar os sem-terra daquilo que não fizeram. Como agora, quando Fernando Henrique insinuou que estavam ligados ao pessoal da produção de maconha<sup>6</sup>. Isso é grave, porque, evidente-

---

6. Em entrevista na Praia do Forte (BA), Fernando Henrique declarou: “No momento em que o MST passa a fazer saques, passa a cooperar nas zonas de maconha, aí complica, se descaracteriza (como movimento social)”. Dois dias depois, a Polícia Federal informou que as investigações feitas por ela “na região da maconha nunca constataram conexão entre o MST e essa atividade”. Cf. NERY, Emanuel. FHC vê relação entre sem-terra e maconha. *Folha de S. Paulo*, 23 ago. 1998, p. 1-7; NERY, Emanuel. PF desconhece ligação entre MST e produtor de maconha. *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 1998, p. 1-4.

mente, é um insulto a esse Movimento, que é nobre. Eu estava na Europa quando tomei conhecimento do MST, dessa forma nova de luta no campo. Conheci muito as Ligas Camponesas<sup>7</sup>. Era um movimento do mesmo gênero, porém muito mais dominado por gente da cidade, não tinha a autenticidade que tem o Movimento dos Sem Terra. Há pouco tempo, fiz uma declaração pública, na Europa, dizendo que o MST é o mais importante movimento social já ocorrido no Brasil, neste século. Aí me perguntaram: por que neste século? Porque no século passado houve a Abolição da Escravatura. Eu coloquei no mesmo nível a luta do MST e a dos escravos. É um movimento da sociedade civil, organizado espontaneamente, preocupado com a educação, e alcançando todo o Brasil. É muito positivo. O Brasil é um país felizado por ter um movimento dessa ordem, que suscita no povo, nos mais pobres, o desejo de ficar na agricultura. Em nenhuma parte do mundo existe um movimento igual. É sempre o inverso: todos querem deixar a agricultura, emigrar do campo. E o MST educa o pessoal para mostrar que, num país onde não há criação de emprego urbano, onde se passa fome nas cidades, existe a chance de

---

7. Organizações de trabalhadores rurais surgidas nos anos 50, em Pernambuco, com o objetivo de defender os direitos do homem do campo e a reforma agrária. Tiveram rápido crescimento sob a liderança de Francisco Julião, advogado e deputado do Partido Socialista Brasileiro. Sofreram constante repressão policial e de usineiros e latifundiários. Com o golpe de 1964, seus principais líderes foram presos. Seu lema era “reforma agrária na lei ou na marra”.



ficar no campo, trabalhando. Portanto, é um movimento que merece respeito e devia ser apoiado pelo governo, lembrando, porém, que se trata de uma iniciativa independente, da sociedade, e não um movimento do governo. Mas devia ter do governo uma certa ajuda, indiretamente, porque mobilizou a opinião pública do Brasil para aceitar a prioridade de medidas visando mudar a estrutura agrária. A consciência pública brasileira evoluiu no sentido de compreender a importância de resolver o problema da estrutura agrária, graças aos sem-terra. Portanto, ir contra eles é realmente de uma miopia que eu não atribuiria ao Fernando Henrique, que é um homem inteligente e que conhece essas coisas. Surpreende-me que ele diga isso.

RRP — *Mesmo porque, quando a Polícia Federal fez os levantamentos mais precisos sobre os saques ocorridos agora no Nordeste, mostrou que, em grande parte, foram espontâneos...*

CF — Sempre houve esses saques no Nordeste. Só que, antigamente, a informação não corria como hoje. Fernando Henrique me deu a impressão de que tinha evoluído favoravelmente ao Movimento dos Sem Terra. Começou dizendo bobagens, como se não soubesse de nada, como se não soubesse a natureza do Movimento. Depois, houve um debate nacional sobre a questão. Ele se esclareceu e começou a querer transigir, a achar uma maneira de entendimento. Agora, faz uma declaração como essa! É chocante.

MCA — *Inclusive, falando dos saques, se nós pegarmos os relatórios dos anos de 1877, já havia declarações do governo no sentido de levar os flagelados para a Amazônia, para evitar que eles fossem para os centros urbanos, sobretudo para Fortaleza, para dar maior segurança, para evitar saques.*

CF — *Isso há mais de cem anos... No mundo inteiro, quando uma população está faminta e exposta dessa maneira à miséria total, ela se revolta. Trata de sobreviver, lutando com as suas próprias mãos.*

MCT — *Naturalmente, muitos imaginavam que o povo deveria se deixar matar... Achei o episódio lamentável. Não sei quanto exploraram ou não exploraram as frases do presidente fora do contexto, mas a verdade é que frases da gravidade das que foram pronunciadas denotam arrogância. Ou descaso. Se você faz frases atacando movimentos sociais que estão tratando de atender a população, se você diz que o problema da seca é de São Pedro, é da natureza, a essa altura do campeonato, não tem pé nem cabeça. Enquanto isso, acontece o que com a estrutura agrária? Agora, que há razões econômicas para desmontá-la, não se desmonta! As usinas de açúcar estão todas quebrando, mas o dinheiro do Banco do Brasil acaba indo para a construção civil no Recife, para os filhos dos usineiros, que estão numa boa. Eu até queria, Manuel, que você me confirmasse isso...*

MCA — *Existem coisas no Nordeste que a gente precisa conhecer melhor. Refiro-me às ONGs [organizações não-governamentais]. Eu não conheço bem as ONGs, elas são muito diferentes umas das outras, mas algumas estão atuando em certas áreas do Nordeste e*

*desenvolvendo perspectivas de melhorias com inovações. Por exemplo, tem uma em Ouricuri (PE), cujo nome é Caatinga, com a qual tive mais contato. Eles estão fazendo o desenvolvimento de lavouras secas e a construção de cisternas. É um trabalho feito por um agrônomo paulista, doutorado na França, Luís Miranda, que passou alguns anos em Petrolina (PE) e agora foi para Campinas (SP). Ele desenvolveu em Ouricuri a procura de plantas nativas do Nordeste, da caatinga, que podiam ser exploradas economicamente. Ele veio de uma experiência na África, trabalhou na República da Nigéria, onde o clima é muito mais difícil que o do Nordeste, porque a Nigéria é praticamente um deserto. Lá, desenvolveu experiências com culturas de produtos locais, com repercussões na pecuária.*

CF — Já no meu tempo de Sudene se descobriu a algaroba, uma planta totalmente adaptada ao clima seco e uma alternativa de alimento para o gado. A experiência empírica vai ensinando essas coisas. Mas não cabe nenhuma dúvida de que o futuro do Nordeste está em criar emprego fora da zona semi-árida. Não vai se resolver o problema conservando na zona semi-árida essa população toda, submetida à inclemência do tempo. A solução ainda está no rumo que apontamos: levar gente para outras áreas, para o Maranhão, colonizar onde há terras abundantes...

MCT — ... *para a Zona da Mata.*

CF — Fizemos uma luta tremenda para penetrarmos na Zona da Mata. Conseguimos, finalmente, arrendar um engenho lá. Fizemos um plano de colonização para instalar pequenos sítios. Quer dizer: já há experiências de recolonizar a Zona da Mata, que é uma zona subutilizada...

MCT — *E agora, particularmente, subutilizada e cara...*

CF — Agora não sei. Naquela época, me recorde, visitei muitas vezes fazendas, usinas, grandes propriedades. Perguntava: “Quanto por cento da área vocês utilizam?”. “Cinquenta por cento.” “Mas, e o resto?” E eles: “Não queremos produção de alimentos aqui porque o pessoal se vicia nisso, fica querendo só fazer isso”. E, então, proibiam a produção de alimentos. É claro, os funcionários deles eram assalariados, não precisavam ser meeiros. Mas dificultavam a produção de alimentos. Havia uma mentalidade contra a produção de alimentos na Zona da Mata: “Ih, se puser isso aqui, vai acabar com o açúcar...”.

MCT — *Eu não vi nenhum estudo sobre a reciclagem das terras do açúcar. O que é que vai se fazer com essas terras?*

MCA — *No momento, há muitas discussões e teses, mas as soluções apontadas praticamente ainda não têm grande expressão: plantio de fruteiras para produção de polpa de frutas para exportação, plantio de acerola, que vendeu muito bem de início, mas logo houve superprodução. E há uma tentativa de um grupo econômico de produção de borracha, plantio de seringueiras.*

MCT — *Mas ninguém propôs acoplar as duas áreas, o semi-árido e a Zona da Mata...*

CF — Não há nada orientado para a produção de alimentos localmente. E a região fica dependendo de importação de alimentos do Sul do Brasil. A comida nas cidades é mais cara do que no Sul. E o resultado é que

você, assim, prejudica o setor industrial, que tem de pagar salário monetário mais alto do que o Sul, para compensar o fato de que a sobrevivência é mais cara. Como é que se pode industrializar uma região sem produção de alimentos?

MCA — *Naquela área de irrigação de Petrolina, no São Francisco, eles procuram, sobretudo, introduzir produtos de exportação.*

*Uma vez, um líder político de Petrolina me disse: “Nós estamos exportando alcachofra para a Espanha”. Eu pergunto: para quê?*

CF — Produzem vinho para exportar... É o mercado. Querem ganhar dinheiro. Aí, cabe ao governo ter uma política para corrigir as distorções. Aquilo que é feito com a ajuda do governo, é preciso que tenha também um objetivo social. O grande problema do Nordeste é a fome. Em segundo lugar, é a escassez de alimentos, porque todas as zonas do Nordeste são dependentes de importação de alimentos. Portanto, o grande problema é baratear a produção própria de alimentos. Para isso precisaria de ajuda e ação pública...

RRP — *A filosofia do governo é a de que o mercado vai resolver...*

## AGRICULTURA E MERCADO

MCT — *Objetivamente, o Estado suporta a estrutura agrária com base na cana, em condições em que o mercado internacional não está bom, o preço está caindo, e vários usineiros já faliram e tomaram dinheiro do Banco do Brasil, vários milhões... O que me impressiona não é o blabláblá de que o mercado resolve, porque é óbvio que não resolve... O que me impressiona é que alguns aliados do presidente são homens dessa indústria da seca. E também o fato de se dar subsídios violentíssimos, tanto de crédito como de isenções fiscais, para áreas cuja estrutura agrária já está completamente superada. Não se avança na reforma agrária nessas áreas realmente decadentes, que já não vão para lugar nenhum com a cana e que seriam boas áreas para alimentos. Tudo que é moderninho é para exportação: alcachofra, acerola, não sei mais o quê... Voltamos à velha história de que o Nordeste tem de contribuir para a exportação, para fechar o balanço de pagamentos do país. E a população ali que se lasque... Não se tem condições de proteger o preço do açúcar da zona nordestina e, no entanto, se continua. Para quê? É para o sujeito pegar dinheiro e pôr na construção civil, nas várias áreas: Recife, Fortaleza, em toda parte, para os filhos das grandes famílias. Existem cerca de 90 famílias na área da cana que estão quebradas. Mas os seus descendentes estão muito bem. Isto é uma transferência de renda e de recursos mais violenta do que em seu tempo, não é, Celso?*

CF — No mundo inteiro, a agricultura não é regulada pelo mercado. O que é regulado pelo mercado são os excedentes agrícolas. Toda agricultura importante é mais ou menos subsidiada ou tem preços administrados. O Japão, por exemplo, com 125 milhões de habitantes e uma produção agrícola pequena...

MCT — *Para eles, a questão é de segurança alimentar...*

CF — A produção de arroz é sagrada. Vêm os americanos e dizem que aquilo é deficiente, que se pode reduzir a um terço o preço do arroz. E os japoneses? Nada. Há anos lutam para manter sua produção de arroz, na certeza de ter o que comer. A agricultura francesa é toda subsidiada; porém é a mais rica da Europa. E tem uma importância tremenda na criação de emprego. Eu digo tremenda, porque responder por 10% da criação de empregos já é muita coisa no mundo moderno, com a tecnologia de hoje. Nem quero falar dos Estados Unidos. Todos conhecem e sabem que seus preços agrícolas são administrados e que eles só exportam excedentes. E ainda administram, inclusive, os preços da agricultura exterior, como o do açúcar...

MCT — *Parece que vamos importar de novo o trigo americano...*

CF — Com excedente subsidiado, os preços competem tremendamente. Com o açúcar, que tem um grande mercado nos Estados Unidos, o preço é administrado, fixado pelo governo americano. O preço do açúcar cubano foi durante anos e anos prefixado pelo governo norte-ame-

ricano. Não é, portanto, uma imbecilidade, ou ingenuidade apenas: é falta de boa-fé você pensar que pode resolver os problemas agrícolas transferindo para o mercado a decisão. Claro que entre certos segmentos da agricultura tem de haver competição. Mesmo assim, dentro de parâmetros mais ou menos definidos.

Hoje em dia, a criação de empregos é o maior e mais importante problema de todos os países. Com isso, a agricultura voltou a ter uma posição estratégica. No nosso caso, realmente, não perceber isso, quando se tem, inclusive, o interesse do povo de ficar na agricultura, é uma miopia que não posso explicar. É com isso que eu não compreendo que o nosso amigo Fernando Henrique possa concordar. Deve ser algum interesse político. Ele já deu a entender que, como bom discípulo de Max Weber, sabe que há uma racionalidade formal e uma substantiva. E na política você só usa a formal. Precisa ser eficiente no jogo político. Não vai lidar com valores substantivos.

MCT — *Minha dúvida é que seja eficiente deixar os proprietários nordestinos arruinados economicamente e pendurados no Banco do Brasil...*

CF — Neste momento, está sendo feito um plano para salvar o álcool e salvar, portanto, certo segmento da agricultura nordestina, que só tem mercado se houver consumo de álcool. O Pró-Álcool<sup>8</sup> foi uma coisa estúpida,

---

8. Programa implantado pelo governo brasileiro na década de 1970, visando desenvolver a cultura da cana-de-açúcar, a fim de que o álcool substituísse o petróleo, que se encontrava com preços muito altos.



porque fez com que a terra se concentrasse muito mais no Nordeste. Muitas regiões de pequena propriedade, como o agreste paraibano e pernambucano, que produziam alimentos, deixaram de fazê-lo com o Pró-Álcool. Especializaram-se, aumentaram seus lucros, mas, ao mesmo tempo, criaram desemprego e reduziram a produção de alimentos. É irracional; nem era interesse de mercado, mas da classe dirigente que, dessa forma, se beneficiou.

MCT — *É uma classe apenas dominante; porque dirigente é que não é... É uma classe dominante que tem uma cegueira absoluta...*

MCA — *Reativar o Pró-Álcool é um absurdo, por três motivos. Primeiro, tem um impacto ecológico, aumenta consideravelmente a degradação do meio ambiente. Segundo, acaba de desorganizar o pouco que resta de pequena produção. Terceiro, isso é feito no momento errado: a ocasião é de se restringir a área da agricultura canavieira, substituindo-a por culturas de alimentos...*

CF — Exatamente. Não se pode fechar todo o mercado do álcool de um momento para outro. É preciso fazer reciclagem, criar emprego e não deixar que a coisa piore ainda mais, porque há soluções racionais que são socialmente perigosas, negativas...

---

Para isto, o governo federal subsidiou a implantação de destilarias e a modernização daquelas já existentes, visando ao crescimento da produção. A queda do preço do petróleo no mercado internacional e o crescimento da produção no país provocaram a desaceleração do programa, embora centenas de destilarias tenham sido implantadas pelo programa nos mais diversos estados.

MCT — *Mas não tem projeto nenhum: não tem projeto agrícola, nem projeto industrial, nem projeto de nação, nem projeto de povo. Povo não tem, nação não tem, agricultura não tem...*

MCA — *Em Pernambuco, diziam que havia 45 unidades produtoras de açúcar e álcool. Dessas 45, só 30 estariam funcionando, 15 viviam fechadas. Eu acho que o cálculo está errado. Não são 45, mas 36; e deve ter umas 12 fechadas, algumas já em processo de desmontagem. Então, era muito importante aproveitar essa crise, aproveitar que o preço da terra caiu estupidamente — em alguns lugares caiu à metade — para implantar programas agrícolas...*

MCT — *A modernização deles é para os filhos dos donos de engenho...*

MCA — *Há pouco tempo, andei pela região da Mata Norte, que ainda é melhor que a Mata Sul<sup>9</sup>. E as instalações dos engenhos estão caindo. Caindo fisicamente, tombando...*

MCT — *A oligarquia canavieira está indo para os diabos, mas os filhos, não. O domínio político deles dura mais que a economia da cana. Hoje, eles passam recursos do Estado para os filhos...*

---

9. Em Pernambuco, a Zona da Mata se apresenta bem mais úmida na porção meridional do que na setentrional, provocando algumas diferenças no sistema de uso da terra. Daí se distinguir a porção setentrional do paralelo do Recife como Mata Norte, e aquela ao sul deste paralelo como Mata Sul.

MCA — *O povo diz que as usinas vão à falência, mas os usineiros não. Há algum tempo, encontrei ex-alunos meus, da Universidade Federal de Pernambuco, que eram donos de usina, gerentes etc. Um deles me disse: “Professor, nós conseguimos um jogo de subsídios tal que, para montar uma usina, a gente compra um projeto com 100 mil dólares — que, para um empresário, não é dinheiro —, e a partir desses 100 mil dólares fazemos n vezes 100 mil dólares, com subsídios, empréstimos, juros privilegiados, dinheiro da Sudam...” [Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia]. O argumento deles para não deixar de usar esse esquema é claro: “Eu tenho um capital X; se aplico em Goiás ou no Mato Grosso, recupero esse dinheiro no máximo em dois anos; se for montar a mesma usina em Pernambuco, na Paraíba, vou levar de 25 a 30 anos. O senhor, se fosse capitalista, aplicava?”.*

MCT — *Não. Mais uma razão para dizer que a estrutura está pronta para mudar, para uma reforma agrária maciça.*

MCA — *E há usinas que estão sendo transferidas de Alagoas e Pernambuco para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul...*

CF — *A região da Bahia que fica do outro lado do São Francisco também está recebendo muita coisa...*

MCA — *Porém, ali é mais soja...*

MCT — *Ali é outra loucura...*

MCA — *Estão acabando com aquela região. São solos pobres, pouco espessos. No que são derrubados, as enxurradas levam a*

*cobertura, entulham lagos e rios e empobrecem a terra. É um negócio criminoso.*

CF — A agricultura brasileira é um processo de destruição. De séculos de destruição. Na verdade, este país não foi construído. Foi montado a partir de destruições.

MCT — *Mas agora, a destruição é maciça. Destroí-se até a região de pequena e média propriedade no Rio Grande do Sul.*

CF — Aqui no estado do Rio de Janeiro, foi tudo destruído. Isto aqui era uma região de café, brilhante e próspera, mas os solos foram todos destruídos. Em grande parte o mesmo aconteceu com as zonas de café de Minas, Espírito Santo.

MCA — *Já se disse que no Brasil não havia agricultura, havia indústria extrativa do solo. Retiram tudo...*

MCT — *E mesmo tendo retirado tudo, os donos de terra não estão dispostos a abrir mão dela...*

## IRRIGAÇÃO

MCA — *Celso, o que você acha da importância da irrigação para desenvolver a região semi-árida? Há algumas divergências. Quase todo mundo diz que é preciso irrigar o Nordeste. Mas se sabe que apenas 5% do Nordeste pode ser irrigado. E se teme muito a irrigação por causa dos problemas de salinização<sup>10</sup> do solo e de concentração de recursos. Qual é a sua opinião sobre esse problema?*

CF — São muitos os problemas do Nordeste. Uma das possibilidades de ação é a irrigação. A irrigação tem de ser feita dentro de um contexto maior, porque sabemos que, se você faz irrigação para concentrar renda, o problema social fica de pé. A irrigação teria de vir com o controle de uso do solo que permitisse uma divisão de renda. Esse é o sistema do mundo inteiro. Você chega a Israel e vê pequenas áreas de terra que são irrigadas. Pode-se ter uma boa renda com um hectare irrigado. Por ou-

---

10. Processo de concentração de sais sobre a superfície das áreas utilizadas pela agricultura irrigada, em consequência da dissolução de sais minerais existentes no solo e sua migração para a superfície. Ela é comum nas áreas onde dominam climas áridos e semi-áridos, constatando-se a sua ocorrência na área do submédio São Francisco, no Nordeste.

tro lado, precisa-se ter uma visão de conjunto da região, com uma política global. Resta saber se a irrigação está ajudando a resolver o problema da produção de alimentos. Ela parece orientada para a fruticultura de exportação, a produção de vinhos. Nesse caso, tem de se atacar o problema por outro ângulo: reduzir a população do semi-árido. A irrigação não vai absorver tanta mão-de-obra. Portanto, seria preciso criar alternativas de emprego em outras áreas para o pessoal do semi-árido, a fim de ir reduzindo o potencial demográfico. Seria preciso atacar o problema das zonas úmidas do Nordeste, que foram sempre subutilizadas, como já vimos. O grande problema no Nordeste é social, não é econômico; é a falta de emprego para o povo. Emprego não é somente uma questão de renda; é também uma condição de sobrevivência da população. Tudo precisa estar relacionado. Quando fiz o Plano Diretor da Sudene, tentei relacionar esses problemas. O lado político é mais importante. Na verdade, abre espaços para outras coisas. Todo mundo bateu palmas para as medidas de apoio ao setor industrial, mas essas medidas, evidentemente, eram condições necessárias, mas não suficientes, para resolver o problema social. O Nordeste cresceu economicamente, mas o seu drama social continua igual ou até pior.

MCT — *O presidente diz que a proposta para transplantar o São Francisco é um projeto fundamental. Parece piada: o Sertão virar mar. Ora, caso se faça essa coisa agora, aí é que vai se acabar com o Nordeste, mesmo...*

CF — Mesmo que não acabe com a água do Nordeste... Não vi, até hoje, um cálculo de custos nem de utilização dessa água. Que se vai fazer com essa água?

MCT — *Água tem pra burro, no Nordeste... O problema não é água...*

CF — A água que chega ao mar é muita, e há muita água subutilizada. Construiu-se a represa de Orós, uma massa d'água que poucas zonas semi-áridas do mundo têm. E para quê? O aproveitamento real é muito pequeno. Nós mandamos fazer um estudo completo com os franceses sobre a questão do uso daquelas terras. Os donos das terras só querem usá-las para pecuária, e para outra coisa qualquer que dê dinheiro, mas não produzir alimentos.

MCA — *Sou radicalmente contra o projeto de transposição das águas do São Francisco para o rio Jaguaribe, para o rio Açu etc. Participei de um seminário em Natal, recentemente, e pensei que fosse ser muito criticado porque combati essa transposição. Afinal, não sabemos a quantidade de água de que o São Francisco dispõe, não sabemos o impacto ecológico desse projeto etc. E, para surpresa minha, uma grande quantidade de potiguares concordava comigo, e diziam que, antes de levar a água do São Francisco para o Rio Grande do Norte, se devia recuperar as águas do rio Açu, que a represa Armando Gonçalves, por exemplo, jogava no mar. Se aquelas águas fossem detidas antes de chegar ao mar, poderiam ser recuperadas e reutilizadas por um preço menor do que a transposição.*

*Um professor chamou a atenção para a seca do Vale do Açu: disse que o nível de vida da população caiu com a modernização e com a irrigação, porque os pequenos produtores, que eram meeiros ou posseiros, foram desalojados para a implantação de grandes culturas para exportação, sobretudo de frutas, melão e banana. E agora chega ao ponto de a banana ser colhida e colocada em contêineres fechados e levados para o porto.*

CF — Eu não me interessei por esse projeto desde o começo porque era uma panacéia. Minha reação imediata foi de cautela. Sempre perguntei: a quanto chega o investimento? Nunca ninguém conseguiu me dizer quanto custaria. Em segundo lugar, quem vai ser beneficiado com isso? São os proprietários de terras? Então terão novos açudes para evaporar? Portanto, o problema não está em ter mais água, mas em usar bem a água que já existe. O Jaguaribe é um rio muito importante, com muita água que vai para o mar. Mas não quero excluir a hipótese. Pode ser que eu esteja equivocado e que seja uma grande vantagem. Porém, é preciso provar. Que não resolvam vender o projeto ao governo para ser iniciado e depois ficar 30 anos cavando buraco sem poder terminar!

MCT — *Muitos acham que não há estudo suficiente para se fazer isso...*

CF — Estudo não tem.

MCT — *O risco é fazer à galega, salgar a terra.*

CF — O Manuel entende mais do que eu: sabe que o



perigo de salinização é muito grande. Mas é assim no mundo inteiro, o que não impediu que outros países fizessem e vivessem da irrigação, porque têm formas corretivas compensatórias para evitar o pior, que é a salinização. Praticar uma irrigação sem essas salvaguardas pode, na verdade, destruir, criar um deserto. Para evitar isso, é necessário estudar bem os solos. Ninguém conhecia os solos da região, mas os técnicos que chamei conseguiram definir o tipo de solo e encontrar o tipo de correção e sua viabilidade. A partir daí, era só controlar as terras, porque senão a especulação dominava tudo...

MCA — *Eu estive no Chile, no Peru, na Califórnia vendo esses problemas e sempre surgia a preocupação com a salinização. Isso mostra que a irrigação, até certo ponto, era uma faca de dois gumes: poderia trazer uma melhora muito grande de início, mas, depois, a salinização desertificava e ficava pior do que era.*

CF — Portanto, esse é um problema que precisa ser levado a sério. A irrigação, bem-feita, pode ser uma benesse...

MCT — *Mas, continua sendo mais barato tirar parte da população do semi-árido para área boa do que transpor o São Francisco.*

---

11. Médico pernambucano (1908-73), autor do livro *Geografia da fome* (1946), um dos primeiros trabalhos científicos a abordar a ausência de política agrária no Brasil e sua principal consequência, a desnutrição e a fome de grandes parcelas da população. Foi deputado por Pernambuco em 1954 e, no pleito seguinte, consagrou-se como o parlamentar mais votado do Nordeste. Teve os direitos políticos cassados pelo regime militar de 1964.

MCA — *Sob alguns aspectos, sim, sob outros, é pior. Você pega o Josué de Castro<sup>11</sup> e ele mostra que o problema da fome na Zona da Mata é maior do que no Sertão... Agora, na Mata a fome não é por causa da seca...*

RRP — *Um dos pontos discutidos pelo Josué de Castro é o documento de criação da Sudene, de 1959. Ele dizia que tinha divergências com o projeto, mas ressaltava que era a primeira vez que se fazia uma coisa séria sobre o Nordeste. Quanto à divergência, ele dizia basicamente o seguinte: que o documento tinha, primeiro, uma certa avaliação, que parcialmente responsabilizava a geografia da região pelo problema. E, segundo, divergia da idéia de desviar uma parte desse excedente populacional para outra área. Não sei se você lembra dessa polêmica.*

CF — Não me recordo. Mas para falar a verdade, isso é uma questão de senso comum, todo desenvolvimento engendra redução de população rural. No mundo inteiro é assim, sem exceção, a menos que a região seja, desde o início, colonizada, como foi Israel. A população do Brasil, na época em que criei a Sudene, era 70% rural...

MCA — *Eu tenho a impressão, pelo que vi ali, que você considera necessária uma reforma agrária na região do semi-árido, e que sem essa reforma agrária não pode haver mudança no desenvolvimento da região.*

CF — A lei de irrigação que eu tentei fazer quando estava na Sudene era uma pequena reforma agrária. A idéia era investir dinheiro público no setor rural, em grande

escala. Isso só seria possível modificando a estrutura agrária. Mas fui derrotado. Minha opinião sobre isso é clara e definitiva. Da mesma maneira, me lembro da subutilização de terra na Zona da Mata, e do desinteresse do pessoal dali pela produção de alimentos. Consegui desapropriar o Engenho de Tiriri para fazer divisão de terra e produção de alimentos. O que pudemos fazer, fizemos, mas foi muito pouco.

MCA — *Eu me lembro, na época em que você estava lutando para implantar a Sudene, eu andei pelo Nordeste com Caio Prado Júnior*<sup>12</sup>. *Conversamos com os prefeitos naquela área de Nazaré da Mata, e o Caio perguntou o que eles achavam da migração dos trabalhadores para o Maranhão. “Muito bom.” O que eles achavam da industrialização? “Muito bom.” E o que vocês acham de cederem terras para serem pagas com títulos do governo? “Péssimo.” Aí o Caio perguntou: “Como vocês reagiriam à implantação disso?”. Um deles: “À bala”. A industrialização, eles achavam que beneficiava a todos. A saída dos moradores para o Maranhão, não fazia falta. Mas quando se falou em tocar na terra, eles foram claros: reagiriam à bala.*

CF - É o poder.

MCA — *Outra coisa que me apavora é o crescimento tecnológico com concentração de renda e empobrecimento do trabalhador. O que*

---

12. Historiador nascido em São Paulo (1907-90), autor de clássicos da historiografia brasileira como *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *A revolução brasileira* (1966).

*seria possível fazer, dentro das estruturas políticas atuais, contra isso? Como fazer uma modernização que beneficie realmente os trabalhadores?*

CF — Se houvesse uma reforma agrária, já seria uma maneira de desconcentrar a propriedade e a renda. Outro caminho seria facilitar a criação de indústrias pequenas, que empregam muita gente. Se você conseguir empregar muito mais gente, vai elevar os salários. E essa elevação corrige a tendência à concentração excessiva de renda. Num país como o Brasil, é possível atacar o problema da concentração de renda pelo lado fiscal. É uma vergonha o que se desperdiça neste país em consumo supérfluo, sem pagar imposto praticamente. A evasão de imposto aqui é absurdamente alta. No mundo inteiro começou-se por uma reforma fiscal para modificar a distribuição de renda. Foi por isso que se inventou o imposto sobre a renda. Aqui no Brasil, os ricos não pagam, acham maneiras de driblar, e isso faz com que a renda seja tão concentrada. Este é um problema institucional, fiscal. Agora, quando a criação de emprego se reduz, concentra-se mais a renda, porque os salários já não respondem mais — nem os salários públicos respondem — ao aumento da produtividade. A economia cresce 2% ao ano e os salários baixam ou crescem menos de 1%. O problema tem muitas facetas, mas a alavanca mais difícil de manejar é a fiscal. Por isso é que todo mundo fala em reforma fiscal, mas ninguém quer discutir de verdade. Quando se trata de botar o preto no branco, ninguém quer falar de aumento de imposto. O

imposto de renda no Brasil representa muito pouco. O imposto mais importante que havia no Brasil, que equilibrava o governo, eram as diferenças de ágios no câmbio, que permitiam ao governo arrecadar imposto de forma muito barata. O dinheiro ficava concentrado na mão do governo. Foi com ele que o governo de Getúlio, segundo ele mesmo disse, financiou os grandes projetos.

RRP — *Explique melhor essa diferença de ágios...*

CF — Você pagava ágio para comprar o dólar. O dólar custava ao governo, por hipótese, cerca de R\$ 20, e ele vendia por R\$ 40. Era uma diferença importante. O Brasil chegou a ter cinco categorias de câmbio de importação. No mais alto, para os bens supérfluos, pagava-se um ágio que representava quatro ou cinco vezes o preço da divisa para o governo. Essa era a maior fonte de renda do governo.

RRP — *Não sei se você teve oportunidade de ler o documento da*

---

13. A mudança nas regras do Banco Central para permitir o livre trânsito de dólares para fora do país foi feita pelo BC, no final do governo José Sarney (1985-1989). CC-5 — que hoje designa contas de pessoas e instituições financeiras do exterior em bancos locais — é um nome de 30 anos atrás, da época em que não existia dinheiro eletrônico. A legislação que fundamenta essas contas é anterior, de 1957, e era nitidamente restritiva. Dizia que podia ser convertido livremente em moeda estrangeira para envio ao exterior *exclusivamente* o dinheiro que tivesse entrado em moeda estrangeira. *Tudo o mais* precisaria de autorização. Com um jogo de palavras — basicamente dizendo que autorizava *tudo o mais* — o BC transformou as CC-5 em contas para a era do dinheiro eletrônico, e absolutamente permissivas.

*nova política cambial. É uma coisa risível até. O Banco Central [BC] pegou uma legislação de 1957, que era absolutamente restritiva, e com mudanças de vírgulas transformou na legislação da CC-5 atual, totalmente permissiva<sup>13</sup>. É assim mesmo, disse um funcionário do BC. A legislação foi feita para permitir que o sujeito que levou US\$ 50 milhões para fora do país sem pagar imposto, traga o dinheiro para o país outra vez. Isso ele só faz se puder sair à hora que quiser. É o único jeito de você contentar o sujeito que tem muito dinheiro.*

CF — É uma forma de lavar o dinheiro.

RRP — *Exato. O grande escândalo desse negócio dos precatórios, no fundo, serviu para mostrar isso...*

CF — A quantidade de dinheiro ilegal que está no país é enorme. É dinheiro de burla de imposto. A carga fiscal do Brasil está alta agora, em torno de 27% do produto, mas nos países mais desenvolvidos da Europa a carga é de 40%. Na França é 37%; na Alemanha, quase 40%; na Suécia, é mais ainda. A carga não pesa se for bem aplicada. Arrecadar impostos e aplicá-los com objetivo social corrige a distribuição de renda. É a forma mais simples de corrigi-la, sem mexer com o sistema de produção.

MCA — *Que houve com a lei de irrigação depois?*

CF — Depois do golpe de 1964, os militares aprovaram uma lei. Aprovaram e não executaram. A resistência era muito grande. Puderam aprová-la porque não dependiam do Congresso. Mas, e coragem para meter a mão na massa e executar? Isso dependia de outros fato-

res.

MCA — *Seria necessário fazer uma política diferente no Maranhão e no Piauí, do que em Pernambuco? Do ponto de vista das águas subterrâneas, por exemplo, no Maranhão e no Piauí há uma riqueza enorme. Soube isso de israelenses que estiveram pesquisando no Nordeste depois do golpe.*

CF — Na minha época de Sudene, os israelenses fizeram estudos sobre o Piauí e ficaram perplexos. Disseram: “Se nós tivéssemos essa quantidade de água nos subterrâneos que vocês têm aqui, estaríamos no vergel”. Não era brincadeira os lençóis de água subterrânea que eles encontraram! Há também o rio Parnaíba. A água não é problema, e isso é o mais terrível, pois se sofre tanto com seca e a água está ali — só que é mal utilizada.

## CLIENTELISMO E MODERNIDADE

RRP — *Eu queria propor uma rodada de questões relativas ao que conversamos até agora. A primeira seria sobre isso que estou chamando de contradição fundamental do governo Fernando Henrique: por um lado, é a defesa de um tipo de modernidade, da liberdade de movimentação de capitais e, por outro, esse atraso do ponto de vista da articulação política.*

CF — Esse atraso se manifesta basicamente no Nordeste. Quanto ao resto do Brasil, não opino: não sei dizer o que é atrasado em São Paulo, por exemplo. A política representa muito menos para uma região rica do que para uma região como o Nordeste, que depende bastante do governo. A política de um estado como o Rio de Janeiro é muito autônoma, o estado é rico, tem meios. São Paulo, nem se fala. A ação do governo federal nessas regiões mais desenvolvidas é complementar, não é essencial. Portanto, a responsabilidade maior é com respeito a essas regiões mais pobres. Em regiões subdesenvolvidas como a Amazônia e o Nordeste, a ação do governo é fundamental, porque esses problemas são estruturais. E, tratando-se de problemas estruturais, só ação política resolve.

RRP - *Eu acho que é sintomático que o vice-presidente do Fernando Henrique seja o Marco Maciel, que está dedicado, dia e noite, aos*



*detalhes de uma ação política clientelista, do tipo mais retrógrado. Ele usa qualquer inauguração, qualquer coisa para defender esses interesses... está sempre ali, fazendo marcação em cima de toda iniciativa mais progressista...*

CF — Ele é isso. Nunca ocultou o que realmente era. Se fosse um impostor e gritasse uma coisa para fazer outra, se fosse um Maluf, que pode ser qualquer coisa! Mas o Marco Maciel é de uma transparência completa. Ele foi um simples funcionário da ditadura, fiel, trabalhou bem, foi recompensado, não atropela ninguém, ele é claro no que faz, não engana ninguém. O fato de Fernando Henrique o escolher é porque queria o apoio dele.

RRP — *Exatamente para esse tipo de serviço.*

CF — Exato. Foi aliciado por isso. E está lá fazendo um trabalho muito correto. Como se diz em inglês, *I don't blame him*. Não o culpo de nada, a culpa é daquele que o escolheu.

RRP — *E o curioso é que os grupos clientelísticos são, hoje, ligados a esses meninos que estudaram em Boston, no MIT [Massachusetts Institute of Technology], em Harvard, e que controlam as finanças do país. Outro dia, li que o caso é o mesmo no México, no Chile, na Argentina.*

CF — É o chamado pensamento único. Incrível! Um pensamento único para um mundo tão heterogêneo, como são essas Américas. O Brasil não pode ter pensamento único com respeito a nada, porque aqui tudo é heterogêneo. Economicamente, socialmente, do ponto de vista

financeiro, regionalmente. Pensamento único. Era só o que faltava!

RRP — *Outro dia, tinha alguém lembrando que, até em termos de comida, é a comida única. É um tipo peculiar de visão de mundo: você quer comer no McDonald's, independentemente de estar na Bahia ou na China.*

CF — É a projeção cultural desse fenômeno. Estes dias, saiu no *Jornal do Brasil* uma matéria com os dois programas para o setor cultural: o de Lula, do PT, e o do governo, do PSDB. E são parecidos. Percebe-se que o do governo é mais detalhado e o de Lula é mais profundo, vai mais à essência das coisas. Está muito bem-feito, aliás, o programa do Lula em matéria de cultura. Não há desacordo sobre a necessidade de valorizar o que é autenticamente cultura brasileira, respeitar as diferenças de cada região. Quanto a isso estão todos de acordo. Mas isso é na cultura. Já em economia é diferente. Houve uma mutação na sociedade, e se valorizou tremendamente o conhecimento dessa área de economia, que passou a ser monetizável: o que conta é o mercado. Esse pessoal é muito bem pago, se está a serviço de certos interesses. Se estiverem contra, são excluídos e ignorados. Não têm nem acesso à mídia. Na minha época, ninguém ganhava o que eles ganham. Ninguém, realmente, tinha as facilidades que eles têm. Esses rapazes saem do Banco Central para dirigir banco privado. Eu me recordo de uma história curiosa, que aconteceu com Raul Prebisch, o criador do Banco Central da Argentina, de tremenda influência na América Latina. Ele

me contou, certa vez que andávamos pela rua, que quando saiu do Banco Central da Argentina passou por grandes dificuldades financeiras, teve até de vender o piano da mulher. Voltou a ser apenas um professor, que na Argentina ganhava muito pouco. Eu arregalei os olhos: quem passara tantos anos chefiando o Banco Central da Argentina teria o emprego que quisesse! E ele disse: “Mas Celso, eu conhecia a carteira de todos os bancos, administrava o redesconto pelo telefone, era o homem mais bem informado! Todos queriam me contratar, mas eu não podia trabalhar para nenhum!” E assim foi. Acabou indo trabalhar nas Nações Unidas. Eu contei essa história no meu livro de memórias [*A fantasia organizada*. São Paulo, Paz e Terra, 1997], para servir de exemplo.

RRP — *Para servir de exemplo aqui...*

CF — Hoje em dia, esses rapazes saem e vão para bancos privados. Começou com o próprio Mário Henrique Simonsen<sup>14</sup>, que era um rapaz tão inteligente e tão capaz: saiu do governo para o Citibank, e achava muito normal vender a sua competência. Nos Estados Unidos, há leis que limitam esse trânsito: o governo assegura uma pensão durante algum tempo para o funcionário se reciclar. Mas é proibido ir para o mercado de trabalho e vender o conhecimento secreto que se tem do governo. Aqui no

---

14. Economista nascido no Rio de Janeiro (1935-97), foi ministro da Fazenda (1974-79) no governo Geisel e ministro do Planejamento (1979) no governo Figueiredo.

Brasil, não existe nenhum regulamento, o que é perigoso para o país. Toda essa meninada, e eu conheço alguns deles, sai do governo e de cargos públicos importantes e vai para a iniciativa privada. Há exceções: o Malan não fez isso; era do Fundo Monetário Internacional, mas pelo governo do Brasil, e nunca trabalhou para grupos privados.

## FRANÇA E CEPAL

RRP — *Quanto à história da luta contra a seca nordestina, o marco é a intervenção federal, com a Sudene? Você poderia fazer para nós uma recapitulação dessa história?*

CF — Naquela época, houve uma tomada de consciência do país, através do governo federal, de que o problema do Nordeste era sério. Fazia muito tempo que o Nordeste andava para trás. Pude provar, com as estatísticas, que a participação do Nordeste na renda nacional diminuía; no setor industrial diminuía mais ainda, e o desemprego era crescente.

RRP — *Antes da Sudene, você estava onde?*

CF — Estava em Cambridge, na Inglaterra, quando me convidaram para vir ao Brasil.

RRP — *Você já estudava a seca?*

CF — Já. Tinha estudado não em Cambridge, mas na Cepal<sup>15</sup>, onde estudei o Nordeste e o Brasil. Foi por isso

---

15. Comissão Econômica para a América Latina, órgão das Nações Unidas criado em 1948 com o objetivo de estudar políticas de desenvolvimento para os países latino-americanos.

que pude comparar o Brasil com as outras regiões da América Latina, o que me deu uma vantagem enorme...

RRP — *Em que ano foi isso?*

CF — Entrei na Cepal entre 1948 e 1949, e fiquei lá dez anos. Foi a minha escola de trabalho como economista. Eu já era doutor em economia, pela Universidade da Sorbonne, quando fui para a Cepal.

RRP — *Portanto, suas ligações com a França já são de antes?*

CF — São de antes. Eu estive na guerra, na Itália, e logo depois resolvi retornar à Europa para estudar na França.

RRP — *E como é a sua história até chegar à França?*

CF — No último ano da universidade, fui convocado. Saí do Nordeste para o Rio com 19 anos, vim me matricular na Universidade Nacional. Meu pai me deu o seguinte conselho: “Se quiser conhecer quem vai mandar neste país, vá para o Sul, para o Rio de Janeiro ou São Paulo”. Meu pai era juiz de Direito, desembargador na Paraíba.

RRP — *E você, então, fez Direito?*

CF — Sim, as ciências sociais ainda estavam engatinhando. Não havia uma escola de economia de prestígio. Estudei Direito. E então, terminado esse curso, veio a guerra. A guerra me abriu os olhos para a Europa. Na guerra, estive em Paris. Voltei para o Brasil e fiquei com a idéia de ir estudar no estrangeiro. Aí eu já tinha me voltado para a economia. Na Faculdade de Direito, fui percebendo

que para compreender certos problemas precisava estudar a economia. O Direito era importante, mas, como disse Marx muito bem, a anatomia da sociedade é dada pela economia...

RRP — *Marx também fez Direito...*

CF — Exato. Na França, fui para o Instituto de Ciência Política. Fiz até um curso de marxismo, interessante porque era dado na escola de ciências políticas de mais prestígio do país e estava a cargo de um professor do Partido Comunista. O pessoal ria muito das coisas que ele dizia, porque era tão dogmático que parecia caricatural. Depois me matriculei para o doutorado de economia na Universidade de Paris. Minha tese de doutorado já foi sobre a economia do Nordeste. Voltei ao Brasil com diploma de economista: foi isso que me permitiu ir para as Nações Unidas.

RRP — *Para a Cepal?*

CF — Para a Cepal, que acabava de ser criada. Fui para Santiago do Chile, já como economista, o que era uma grande vantagem. Fiquei dez anos lá. Aprendi muito, pois estudei a América Latina, dirigi missões de estudo no México, no Chile, na Argentina, na Venezuela. Conheci a América Latina como ninguém conhecia no Brasil, o que me deu outra vantagem enorme aqui, sobretudo porque eu podia fazer comparações, tinha as referências. Em 1958, ao sair da Cepal, fui para a Inglaterra, onde escrevi a *Formação econômica do Brasil*, que é o meu livro mais importante.

Muito cedo, cristalicei uma percepção, organizei meu pensamento sobre o Brasil. Minha grande paixão era pensar o Brasil. Quando cheguei aqui, tive a possibilidade de me dedicar ao Nordeste, graças a um convite de Juscelino Kubitschek.



## A CRIAÇÃO DA SUDENE

RRP — *Você disse que se criou no Brasil a percepção de que o Nordeste estava andando para trás e de que alguma coisa precisava ser feita. Qual é a motivação política desta decisão? Foi alguma seca, alguma coisa assim...*

CF — Houve a seca de 1958. Por causa dela, Juscelino me chamou, pois precisava fazer alguma coisa. Eu era diretor do BNDE [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico] naquele momento. Então, disseram ao presidente que havia uma pessoa que entendia daquilo tudo e de planejamento. Essa era a minha área, na qual me especializei nas Nações Unidas. Disseram-lhe que eu poderia fazer um plano para o Nordeste.

RRP — *Qual era o debate naquele momento? Quais eram as opções quando você fez o Plano Diretor da Sudene? Deu-me a impressão que, quando o Josué de Castro se refere ao documento de 1959, está falando de um certo debate que havia.*

CF — Eu apareci como um meteoro, ninguém me conhecia, pois eu tinha vivido no estrangeiro. Eu me recordo que quando saiu no jornal a notícia de que eu faria um plano para o Nordeste, recebi enormes pressões, queriam falar comigo. Como pode? O pessoal de Pernambuco

perguntava como um indivíduo que ninguém sabia quem era poderia opinar sobre o Nordeste. Havia perplexidade. O grande debate do momento era sobre o desenvolvimento do Brasil, que estava se fazendo de verdade. O processo de industrialização “pegara”, digamos assim. Como expliquei em *Formação econômica do Brasil*, o país tinha acumulado um atraso enorme, relativamente a qualquer outro país importante da América Latina, em matéria de industrialização. A Argentina era muito mais avançada, não só em agricultura, mas na indústria. O México e o Chile também eram bem mais adiantados que o Brasil. Fiquei embaraçado ao tentar explicar por que o Brasil era atrasado dentro da América Latina. Eu sabia que aqui muita gente era pessimista com respeito ao país. Eugênio Gudin<sup>16</sup>, por exemplo, achava que a raça era inferior, que o clima era inadequado, e outros economistas da época pensavam da mesma forma. Quis buscar uma explicação, e foi aí que comecei a perceber que a classe dirigente brasileira era incapaz; que no Brasil faltava liderança, faltava uma política de industrialização, faltava alguma coisa para romper essas amarras. O Brasil começou a se soltar depois da Segunda Guerra Mundial. Essa diferença de ângios a que me referi permitiu que o governo apoiasse muito a industrialização. Daí a criação do BNDE e do Banco do

---

16. Engenheiro nascido no Rio de Janeiro (1886-1986), foi membro da delegação brasileira à Conferência de Bretton Woods (1944), representante brasileiro junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Bando Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (1951-54) e ministro da Fazenda (1954-55), entre outras atividades.

Nordeste. É que havia muita fé no desenvolvimento e nas possibilidades do desenvolvimento. Tenha em conta que nesses primeiros dez anos após a Segunda Guerra Mundial o Brasil passou na frente de todos os demais países latino-americanos, porque teve uma política de industrialização.

RRP — *Pela sua avaliação, ao contrário do que se esperava, quando quebrou o sistema financeiro internacional, o Brasil se soltou...*

CF — Soltou-se porque o sistema era uma amarra.

RRP — *É o contrário do que se diz hoje — que o Brasil, para se desenvolver, precisa de capitais externos...*

CF — Exato. O Brasil tinha possibilidades enormes, retidas; foi só soltar as amarras. E depois da guerra, graças ao controle de câmbio, o país deu um salto. Foi nesse momento que vim para o Brasil. Eu sabia qual era o caminho. Os problemas eram estruturais. Por isso fui investigar por que o Nordeste estava andando para trás na industrialização. Fiz um levantamento e constatei que grande parte das indústrias têxteis do Nordeste estavam fechando, como hoje acontece com as de açúcar. Quando fizeram a primeira estrada na direção norte-sul, por essa época, as pequenas indústrias do Nordeste não puderam competir com o Sul do Brasil. Então, precisava-se de uma política. E foi a partir dessa compreensão que fiz o trabalho para a criação da Sudene. As pessoas sempre se referem ao trabalho do GTDN [Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste], mas, na verdade, fui

eu quem o escreveu. Fui interventor no GTDN, que funcionava abrigado no BNDE, mas jamais concluiu seus trabalhos. Organizei uma pequena equipe para fazer o projeto da Sudene, que depois Juscelino lançou como política de desenvolvimento do Nordeste. Ele tinha enfrentado a seca de 1958, que foi terrível, meio milhão de pessoas morrendo de fome nas ruas. Partimos dessa realidade. Eu visitei todo o Nordeste, corri o Sertão inteiro na época da seca.

RRP — *Ainda nesse grupo...*

CF — Como diretor do BNDE, portanto com autoridade e meios. Visitei todo o Nordeste em 1958 e acumulei material e informação. Fiz o texto, então, do trabalho “Uma nova política para o Nordeste”, que despertou um grande interesse pela região. Muita gente começou a escrever também. Josué de Castro tinha escrito *Geografia da fome*, que é um livro muito interessante, mas de uma pessoa que não tem conhecimento técnico — ele era médico, e não economista. Mas tinha uma imaginação muito forte e intuiu muita coisa certa. Houve outros também, como Guimarães Duque, que foi meu mestre. Lendo os trabalhos dele, aprendi muito sobre o Nordeste. Já havia muita coisa estudada, mas não existia vontade política. Quando foi lançada a Sudene, Juscelino me convidou para fazer uma exposição no Palácio do Catete. Estavam todos os governadores do Nordeste presentes, e entre eles havia dois que se aproveitaram da Sudene para se articular com o governo federal, e eram da UDN [União

Democrática Nacional], oposição ao governo federal: o da Bahia e o de Pernambuco.

RRP — *Juraci Magalhães e Cid Sampaio...*

CF — Exato, dois adversários do governo federal. Ora, a Sudene foi um gancho muito bom para que recebessem ajuda do governo federal sem aparecerem como adesistas. A virtude da Sudene é ela que ficou fora da disputa partidária. Havia um consenso. Preservava-se a Sudene. Tanto assim que lá fiquei em três governos diferentes. Comecei com Juscelino, passei para Jânio Quadros, que me confirmou, e depois para João Goulart. Nunca pedi a nenhum deles para ficar na Sudene. Quando Jânio assumiu, aceitei um convite que tinha para ir à Índia e fui dar um passeio por lá, onde também fiz uma conferência. Jânio estava sendo empossado e eu não queria ficar no Brasil, pois achei que com um sujeito como o Jânio eu não tinha o que fazer no Nordeste. Mais tarde, José Aparecido de Oliveira, chefe de gabinete de Jânio, me contou que ele perguntou: “E esse Celso Furtado?”. Respondeu o Aparecido: “Ah, esse aí, você não vai ter a colaboração dele muito facilmente, não; ele tem convite do mundo inteiro, está na Índia agora”. Parece que Jânio ficou enciumado e disse: “Chame-o aqui”. E assim, quando voltei, fui falar com ele lá em Brasília, um dia bem cedo, nem sei por que marcou uma hora tão cedo. Fez um show, para me mostrar que entendia de Nordeste. E fiquei olhando para ele, que me disse: “Olhe, professor, agora é que o senhor vai ter poder. Teve muito no governo anterior,

mas agora é que vai ter mesmo, porque vai realmente decidir tudo no Nordeste”. E é verdade que ele nunca botou o dedo no Nordeste; enquanto estive na Sudene, respeitou inteiramente o compromisso. Tive total liberdade e autonomia política para consolidar a Sudene, lançar os projetos. Chegamos a 40 novos projetos industriais. Todo mundo queria investir no Nordeste, e ainda tinha o fundo de ágios, que o governo podia usar. Depois, apresentei a Lei de Incentivos Fiscais, que criei para o Nordeste, no quadro da Sudene, e que hoje é aplicada em todas as regiões do Brasil. Na verdade, inspirei-me na legislação do Mezzogiorno italiano, que tinha incentivos fiscais para promover o desenvolvimento. Quem investisse no Nordeste teria um subsídio do governo, correspondente a tanto por cento do capital próprio. Isso mudou tudo. O pessoal do Sul quis investir no Nordeste, e foi uma chuva de projetos. Alguns falharam, mas muitos ficaram. E começou a transformação do Nordeste.

RRP — *Na sua opinião, a questão da mudança na estrutura agrária é uma questão crucial?*

CF — É uma questão política.

RRP — *Como é que essa questão evoluiu com a criação da Sudene, de Juscelino para Jânio e Jango [João Goulart]...*

CF — O aspecto político não evoluiu.

RRP — *Com Juscelino, como foi?*

CF - Juscelino me apoiou. Mas para Juscelino, um assun-

to desses não era prioritário. A seu ver, era um projeto do Nordeste, como outro qualquer.

RRP — *E ele também não estava a fim de brigar com os latifundiários...*

CF — Ele brigou; brigou para me manter na Sudene. Houve uma onda tremenda contra mim, com esses projetos, quando mostrei que queria mudar alguma coisa importante, como era o caso da estrutura agrária. Até ser aprovada a Lei da Sudene, nós estávamos vivendo com ajuda do BNDE, e era preciso essa aprovação para termos um fundo próprio. Elaboramos uma lei muito bem-feita, fizemos o projeto dos incentivos fiscais. Era uma lei para o desenvolvimento do Nordeste, com um primeiro plano trienal para a região. Houve no Congresso muita reação, mas também uma divisão. Muitos aceitavam, pois havia aspectos positivos para os próprios políticos nordestinos. Obtive apoio parcial do Nordeste. Mas o grupo contra mim era tão forte que eles conseguiram que Juscelino — segundo ele mesmo me contou depois — se compromettesse a não me nomear superintendente. Seria aprovada a lei, ele sancionaria, mas não se conservaria esse cavaleiro lá, porque ele está criando problema para todo mundo. Basicamente, quem fez isso foi o pessoal da Paraíba, meu estado, e o pessoal do açúcar, de Pernambuco.

Juscelino, com aquele risinho dele, concordou — para inglês ver. Quando a lei foi aprovada, ele me nomeou superintendente. Foi um choque para muita gente e, ao mesmo tempo, um alívio muito grande. Eu imaginava que iria

embora, já tinha deixado a Sudene. Estava no Sertão de Pernambuco, em Petrolina, naquele projeto de irrigação, quando aconteceu tudo isso. Juscelino teve esse gesto nobre e corajoso de enfrentar a reação nordestina. Então, eu fiquei, e com muita força. Em outra ocasião, eu estava na Alemanha, negociando um acordo de assistência técnica, e ao retornar encontrei uma onda tremenda contra mim. É que haveria eleição para o Congresso, em 1962. Havia muito cambalacho e queriam que eu usasse dinheiro da Sudene para as eleições. Eu me neguei, a Sudene não financiou eleição de ninguém, de nenhum partido político, mas eles ficaram indignados e fizeram a exigência ao primeiro-ministro<sup>17</sup>, que era Tancredo Neves, para que me tirasse de lá. Tancredo, que era mineiro e acomodaticio, concordou e achou que, com uma pena-da, me tiraria. Afinal, era o primeiro-ministro... Eu estava chegando da Europa, onde estivera tratando dos assuntos da Sudene. Quem me transmitiu a mensagem foi o ministro Virgílio Távora. Ele me chamou e disse: “Você criou muito problema, é uma pessoa intratável. Há unanimidade dos governadores do Nordeste para pôr você para fora, pelo menos é o que me diz o Tancredo. E ele está de acordo”. Eu respondi: “Não há problema, meu

---

17. Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, o Brasil teve um governo parlamentarista, devido às pressões de setores militares e políticos que, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, não aceitavam a posse do vice, João Goulart. O governo parlamentarista foi a forma encontrada para dar posse ao vice-presidente, mas com prerrogativas reduzidas.



poder decorre do presidente da República e do primeiro-ministro, se eles estão de acordo em me demitir, não vou morrer de fome”. E me despedi. Isso foi em Copacabana, na casa dele, e, de lá, fui bater no Palácio das Laranjeiras, onde estava o Jango, que era o presidente sem poder, na época do parlamentarismo. Conversei com ele, despachei, contei minha viagem à Europa. Quando ia saindo, acrescentei: “Vou me despedir do senhor, presidente, porque não há condições para que eu permaneça no governo; já fui informado pelo primeiro-ministro, por intermédio do ministro Virgílio Távora, e eu não quero criar problemas para o seu governo”. Ele me olhou e disse: “Celso, acho que eles esqueceram que para exonerá-lo é preciso a minha assinatura, não basta a do primeiro-ministro”. E, com aquele jeitão dele, acrescentou: “Olhe, Celso, me cortam a mão, mas eu não assino a sua exoneração”.

RRP — *Jango é uma figura que foi muito desvalorizada... foi tratado de modo irônico...*

CF — Injusto. Fiquei admirado, pois tinha uma opinião dele muito dúbia. Eu disse: “Bem, presidente, agradeço muito sua confiança e vou continuar”. Fui para o Nordeste, assumi de novo e nunca mais tomei conhecimento de quem falava isso ou aquilo. Eu estava ali apoiado pelo presidente da República. Então, o clima mudou novamente, aqueles que estavam querendo me botar para fora foram se aproximando.

RRP — *E a lei de irrigação...?*

CF — Já estava há três anos no Congresso. Era do começo da Sudene, do governo de Juscelino. Ele não podia fazer nada, porque o Congresso votara contra.

RRP — *E ele também não via como prioridade...*

CF — Não via. E não teria forças para passar por cima do Congresso, mas ele fez uma coisa muito boa. Quando chegou ao Congresso a lei de irrigação, desenterraram um projeto de lei antigo, de um nordestino, que, no fundo, era para legitimar o sistema existente. Era feito pelo pessoal da indústria da seca e também se chamava lei de irrigação, o que criava confusão. E, no Senado, conseguiram aprovação para essa lei. Mas consegui que Juscelino vetasse. Portanto, Juscelino me apoiou também por esse lado. Já fiquei satisfeito que, pelo menos, vetasse essa lei celerada, pois a minha não aprovariam mesmo. Foi uma briga muito grande.

RRP — *A questão da reforma agrária foi uma das grandes questões desses anos, não?*

CF — A idéia estava começando a penetrar: a opinião pública começava a amadurecer nessa direção. Havia o movimento das Ligas Camponesas, que chamava muita atenção. Havia forças de esquerda muito ativas nessa época e o próprio Partido Comunista tinha força, prestígio, mobilizava gente. Ele nunca me apoiou, mas, pelo menos, não criou dificuldades maiores. A reforma agrária estava na agenda do debate.

RRP — *Por que a lei de irrigação não voltou com o Jango?*

CF — Ninguém tinha coragem de aprovar uma lei de irrigação como essa. A lei, como nós queríamos fazer, no fundo, implicava mudança constitucional; essa é que é a verdade. Tinha de se tocar na Constituição para poder desapropriar terra sem indenização prévia em dinheiro.

RRP — *E, mesmo hoje, ainda tem isso.*

CF — Ainda tem. Menos, pois o governo já pode pagar a crédito. Naquela época, tinha de pagar em dinheiro, desapropriar de acordo com o mercado. Isso inviabilizava completamente a reforma.

RRP — *A lei que o Jango vai fazer depois é a da desapropriação de terras à margem das rodovias, não é?*

CF — Foi uma fantasia: ninguém sabia o que era margem de rodovia. Podia ser a região mais povoada do país. Isso nunca foi levado a sério. Pela nossa lei de irrigação, o governo só podia pôr dinheiro em desapropriações de interesse público. Podia-se, por exemplo, chegar àquelas bacias potenciais de açudes no Nordeste, desapropriar e fazer uma pequena reforma agrária. A reforma agrária nunca esteve para ser votada, porque teria de se modificar a Constituição, o que os militares depois fizeram, introduzindo esse princípio de pagar a crédito, que já existia antes, na legislação ordinária, para outras coisas. Mas os militares nunca aplicaram a lei que fizeram; encontraram muita resistência e recuaram.

RRP — *E assim, para equacionar o problema da seca, se você fosse escolher uma questão como a principal, seria essa, a da reforma agrária?*

CF — Seria. Quer dizer, a falta da reforma agrária foi o fracasso maior. A idéia era de se utilizar todas as águas dos açudes com caráter social – desapropriar primeiro para depois fazer a irrigação. Fez-se isso no São Francisco. Só que ali, quando as compramos, as terras eram baratíssimas porque não serviam para nada. Eram as terras de Petrolina e do entorno, com as pequenas várzeas. Quando o rio subia era terrível. Foi ali que se desapropriou, e foi barato. Mas para fazer açude no Ceará, por exemplo, era muito caro. Como era de acordo com o mercado, isso significava que era o preço que eles quisessem, imobilizando o governo. A estrutura agrária no Brasil é um problema muito sério.

RRP — *Nessa região do semi-árido, com os militares também nada se fez?*

CF — Nada se fez. Continuaram alguns projetos, particularmente os que a Sudene fazia, fora da irrigação — eletrificação rural, por exemplo, sistema de água. A Sudene já havia conseguido, no começo de meu mandato, dar água à metade das cidadezinhas do Nordeste. Fortaleza, uma cidade que naquela época já tinha mais de 300 mil habitantes, possuía um motor térmico, que vivia quebrado e iluminava precariamente. Quando cheguei lá e me contaram qual era o potencial térmico existente, cheguei até a fazer uma piada. Disse: “Isso é menos que um avião

Constellation da Panair”. Então, nos empenhamos e foi feita a linha de transmissão para Fortaleza. Era um investimento grande, que só a Sudene podia fazer. Conseguimos muita coisa. Mais que isso, investimos em gente. A Universidade Rural de Pernambuco tinha uma capacidade ociosa muito grande, com poucos alunos. Introduzimos um sistema de bolsas para quem quisesse estudar agronomia e engenharia. Tivemos vários bolsistas nas universidades, que não eram muitas. Também atacamos a questão do abastecimento das zonas urbanas, que é um problema fundamental. Foi a Sudene que lançou o Programa de Armazéns Gerais. O abastecimento era controlado por especuladores. Não se tinha um armazém geral para recolher, e criamos um para cada cidade grande, financiado. Criamos também não sei quantas sociedades de economia mista para financiar esses projetos, porque também havia dinheiro estrangeiro. A Sudene conseguiu apoio internacional grande, de vários governos e do Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID], cujo primeiro financiamento de projeto para o Brasil foi no Nordeste. O Nordeste atraía muito, porque era uma região tão grande, demograficamente tão significativa na América Latina que, quando dizíamos qual era a sua situação social, conseguíamos muita coisa. Tudo o que fizemos no Nordeste parecia pouco em escala nacional, mas para lá era muito.

RRP — *Com os militares, houve um esforço de tentar esvaçar a pressão demográfica, deslocando gente para os lugares mais úmidos: eles fizeram a Transamazônica...*

MCA — *Quando fizeram a Transamazônica, foi sem nenhum levantamento topográfico. Eles pensavam que a Amazônia era uma planície... Hoje, a Transamazônica está abandonada.*

CF — Eles usaram o argumento de que era preciso tirar gente do Nordeste... Porque, primeiro, fizeram o plano no espírito militar, com estrutura de comunicação, visando ter acesso aos vizinhos etc.

RRP — *E a perspectiva de ocupação estrangeira...*

CF — A ocupação vinda de fora... Isso era a idéia deles. O plano de colonização que deveria ter sido empregado podia ser muito bonito. Era o Plano do Maranhão. A Sudene gastou muito dinheiro no Maranhão. Na minha época, quando chegamos lá, já encontramos 100 mil pessoas que tinham emigrado, vivendo improvisadamente.

MCA — *Eu estive lá também, nessa época. Gilberto Freyre<sup>18</sup>, encarregado de mandar gente para lá, pelo Instituto Joaquim Nabuco, procurou um antropólogo, José Lavareda. Ele me convidou, fomos os dois. E o Caio Prado Júnior, quando soube, disse: “Eu quero ir também, vou por minha conta com vocês dois...”. Aí fomos os três.*

CF — As terras ainda eram baratas no Maranhão. De qualquer maneira, muita gente se deslocou para lá, mas não chegou ao número que nós pensávamos. Muita gente se deslocou para outras partes do Brasil. Mas, mesmo assim, ainda temos ali a região semi-árida mais densamente

---

18. Sociólogo pernambucano (1900-87) autor de vários livros, entre os quais Casa-grande e senzala (1933) e Sobrados e Mocambos (1936).

povoada do mundo. Na verdade, não é considerada semi-árida, mas de pluviosidade relativa, precária.

RRP — *Do que você lembra do livro do Josué de Castro, ele achava que a população poderia e deveria ser mantida lá?*

CF — É. Eu acho que sim. Os políticos estavam contra. Esvaziar era diminuir o curral eleitoral deles. Não sei o que pensava Josué quando escreveu isso, mas é verdade que eu encontrava resistência de muitos lados.

MCA — *Esvaziar o curral eleitoral e também tirar mão-de-obra, que na ocasião difícil era barata...*

CF — Na verdade, se o governo mandasse dinheiro para a seca, estava tudo muito bem, porque a região é fértil, com baixa produtividade, os solos relativamente bons. Ali não é caatinga, propriamente, não se planta feijão na caatinga.

RRP — *Tem regiões boas. Eu sou ali de Exu, na Serra do Araripe, terra do Luiz Gonzaga.*

CF — É, Luiz Gonzaga, um grande cantador. Algumas regiões do Sertão são oásis perfeitos. A Serra do Araripe, que beleza é aquilo! Um vergel, uma esponja que retém água o ano todo e foi povoada desde a época da Colônia. Se você resolvesse o problema do colapso da chuva no Sertão, se tivesse um sistema econômico organizado em função disso, para proteger a população, ou se tivesse menos densidade de população, a região pode ter um belo desenvolvimento...

RRP — *Comparando com Israel...*

CF — Não dá para comparar, porque Israel tem capacidade técnica, uma qualidade de mão-de-obra extraordinária. E Israel tem dinheiro quase sem limites...

RRP — *Eu digo, comparando do ponto de vista da geografia...*

CF — Não... Israel é um país muito pequenininho comparado com o Nordeste... E Israel é muito mais seco. Israel é um deserto, não é semi-árido.

MCA — *Aqueles solos são sedimentares, são uma esponja...*

CF — Sim, mas sem água própria.

MCA — *O rio Jordão é um riacho...*

CF — A quantidade de água em Israel é tão pouca que toda água que passa por perto eles pegam. Há sempre briga com os vizinhos porque cada um quer carregar a água do outro. Israel, em boa parte, vive hoje de água do mar dessalinizada, o que custa uma fortuna. Não é brincadeira dessalinizar água do mar.

RRP — *E sua densidade populacional é muito grande...*

CF — Muito grande. A população é urbana completamente, porque os *kibutzim* são semi-urbanos. Não, não tem comparação. Você poderia até comparar com regiões de semi-árido dos Estados Unidos.

RRP — *Como a Califórnia?*

CF — Certas regiões da Califórnia. Porque há nos Estados Unidos muita região árida mesmo, há semi-árida também...



MCA — *Inclusive desertos.*

CF — No México também há zonas comparáveis ao Nordeste. Mas o Nordeste ilude muito porque em condições normais tem uma precipitação pluviométrica bastante razoável. Ter mil milímetros de precipitação no Nordeste não é excepcional. Isso em qualquer parte do mundo é muita água. A questão do Nordeste é que o cristalino está à flor da terra, praticamente. O solo é muito raso, a retenção de água subterrânea é muito difícil. Normalmente, se tem pouquíssima água retida, porque o *run off*, como dizem os ingleses, é muito forte. A água cai e corre. Se furar um pouco, encontra-se a rocha cristalina, rocha matriz. Portanto, os solos capazes de reter água mesmo não são muito fundos. Lençóis freáticos, só em certas regiões se tem, isso tudo com brechas e com rupturas. Em alguns lugares, dentro da rocha cristalina se tem uma falha grande onde se encontra água boa e pura. Lá no Piauí e em outras partes do Nordeste, a rocha granítica matriz se rompeu, acumulou e tem uma piscina de água retida guardada. É uma região muito especial: se for estudada bem, trabalhada bem, desenvolvida, pode ser florescente. Não é para abandonar o Nordeste, não...

RRP — *O Josué de Castro, por exemplo, situa o semi-árido como região de melhor alimentação, salvo o problema da seca, do que a Amazônia e a Zona da Mata.*

MCA — *Por causa da restrição alimentar na Zona da Mata devida à cana do açúcar.*

CF — No Sertão, em condições normais, há uma alimentação protéica riquíssima, porque se come muita carne, leite. Em condições normais, as pessoas têm uma alimentação adequada. Por isso que o Josué, que estudou a coisa como especialista em alimentação, diz: a dieta é boa. Mas, e quando as condições são anormais? Passa-se fome, fica-se morto na beira da estrada. Depois, vem o caminhão e leva o gado, que é comprado barato e beneficia os que, em outras regiões, recebem esse gado.

RRP — *Você acha que, agora, o conhecimento científico do Nordeste, em particular dessa região que estamos discutindo, melhorou?*

CF — Avançou muito. O conhecimento dos solos era quase zero, mas hoje em dia já se conhece bastante. Já na minha época, estudavam-se aqueles solos do Ceará há bastante tempo. Portanto, não é por falta de estudo. No Piauí, não só estudamos os solos como identificamos os lençóis freáticos que poderiam ser explorados. Há muito para aproveitar no Nordeste. De alguma forma, a região teve crescimento: você anda pelo Sertão e vê bastante desenvolvimento nas pequenas cidades, que têm água, luz elétrica.

RRP — *Você tem acompanhado as propostas da oposição para o semi-árido, para a seca? Você viu alguma coisa nova nas propostas?*

CF — Não, não vi quase nada de novo, mas também não há muito a dizer de novo. O que se tem a dizer mais uma vez é que se precisa modificar a estrutura agrária. Muito dinheiro já se pôs no Nordeste, muito dinheiro em açude.

Veja um Orós, que não é brincadeira, são bilhões de metros cúbicos de água! Eu me recordo de Orós, no dia em que foi inaugurado. Houve aquela tragédia, veio abaixo a barragem — foi tudo improvisado, uma barragem de terra, imensa. Eu estava lá em cima da barragem quando aconteceu isso.

RRP — *Quando?*

CF — Foi no fim do governo Juscelino. Uma coisa terrível, romper uma barragem daquele tamanho. Já existia a Sudene: tomamos todas as providências para evitar o pior, ninguém morreu, todas as pessoas foram indenizadas pelas inundações. A barragem tinha sido feita um pouco às pressas, para inaugurar enquanto Juscelino fosse presidente... essas coisas do Brasil.

RRP — *Discutindo a questão da estrutura agrária, você compreende por que o Fernando Henrique não pode fazer nada.*

CF — Eu compreendo. Porque, realmente, os apoios políticos que ele tem lá são dessa ordem. Ele não tem autonomia, liberdade. Poderia até concordar com tudo o que dissemos, mas uma coisa é a razão substantiva, outra é a razão operacional. Ele precisa do apoio da classe dominante — como você observou bem, o vice-presidente da República, muito influente, é um homem do Nordeste, bem representativo da oligarquia nordestina. Como é o senador Antônio Carlos Magalhães [ACM], da Bahia. ACM é a mesma coisa: um operador muito hábil, que sabe tirar proveito de tudo, mas é contra qualquer coisa que toque

no essencial. O Nordeste sofre — eu dizia isso naquela época, e repito hoje — de ter a vantagem e a desvantagem de ser parte do Brasil. Tem a vantagem porque o Brasil, afinal, tem meios de ajuda; mas isso é uma desvantagem, pois dificulta a sua evolução social. Se fosse um país, já tinha estourado, como estourou a Bolívia. A pressão social chegaria a um ponto que explodiria, poderia haver uma revolução social no Nordeste, que modificaria tudo aquilo. Se não há essa revolução social, é porque existe a válvula escapatória da ajuda dada pelo Sul. Pensar o Brasil sem Nordeste é um absurdo: a formação do Brasil, em grande parte, vem do Nordeste. Por alguma razão, a primeira capital foi na Bahia. Na época colonial, era de longe a região mais povoada e mais rica do Brasil. Rica do ponto de vista de valores de exportação. Evidente que se o Banco do Nordeste tivesse autonomia de decisão, os nordestinos se organizariam para resolver os problemas por conta própria. 1998 não é 1877, quando morreram numa seca centenas de milhares de pessoas e ficou tudo por isso mesmo. Hoje, se morrem 100 mil pessoas no Nordeste, o mundo inteiro se levanta. Se não contasse com a ajuda do Sul do Brasil, o Nordeste deveria encontrar uma maneira de resolver seu problema. Mas como tem essa ajuda externa, fica um pouco na dependência.

RRP — *Sua elite pega as migalhas para ela e presta serviços...*

CF — Presta serviços a outros, do ponto de vista eleitoral, por exemplo. O Sul, se não tivesse o peso do Nordeste, do ponto de vista eleitoral, evoluiria mais rápido.

## CAPITALISMO E GLOBALIZAÇÃO

RRP — *Para completar a discussão da crise atual do semi-árido, proponho que tentemos ligar a crise local com o problema mais geral, de como o país está sendo dirigido. Gostaria que o Celso falasse de como vê essa nova estrutura do capitalismo, essa nova forma do sistema operar, refletindo-se sobre problemas como esses, que nós estamos discutindo aqui.*

CF — É um tema muito complexo, exige referências bastante amplas. Realmente, o capitalismo penetrou numa nova fase. O gênio do capitalismo está em que ele se adapta às circunstâncias, a racionalidade capitalista encontra sempre saídas. O capitalismo é a ganância humana institucionalizada. As civilizações baseadas na solidariedade, na cooperação, foram poucas e não sobreviveram. Quem sobreviveu foram as civilizações baseadas na força egoísta do homem, na afirmação pessoal, nas quais só se admite a cooperação quando há perigo para todos, numa guerra, por exemplo. Esse capitalismo engendrou a revolução tecnológica que, sob muitas formas, assumiu uma fase nova nos últimos tempos, quando alcançou o sistema de informação. O sistema passou a poder ser operado em escala planetária. No pequeno livro que lancei recentemente, *O capitalismo global* [São Paulo: Paz e Terra, 1998], falo de uma primeira fase do capitalismo domina-

do pelos ingleses, fase de expansão internacional, até metade do século XIX. Os investimentos ingleses importantes eram feitos fora da Inglaterra, o que permitiu, portanto, concentrar renda na Inglaterra, beneficiar uma certa classe e utilizar recursos baratos do exterior. A revolta contra esse sistema — na Alemanha, primeiramente, depois na França etc. — vai criar um capitalismo de outro tipo, que se desenvolve não para fora, mas para dentro. Essa segunda fase é a do desenvolvimento do capitalismo com base no mercado interno, no protecionismo. Tem-se, então, um processo de fechamento das economias. O caso dos Estados Unidos é clássico: é um país que se desenvolve completamente protegido, com o coeficiente de comércio exterior em relação ao produto interno muito pequeno — de 5% —, e crescendo para dentro. Esse crescimento para dentro implicou elevar os salários. Foi quando surgiu a social-democracia, que foi, na verdade, uma institucionalização baseada na criação do mercado interno, com empregos dentro do sistema. Na verdade, foi o movimento sindical que permitiu a elevação dos salários na Europa: isso não foi uma coisa espontânea do capitalismo, deveu-se à luta dos trabalhadores. As greves eram enfrentadas com violência, e essa terrível luta permitiu consolidar as vitórias sociais que exigiam proteção contra o exterior. E essa proteção externa possibilitou salários mais altos. Assim se criam e consolidam os sistemas nacionais da Alemanha, Itália, França e de todos os países que se desenvolveram na segunda fase do capitalismo.

Esse capitalismo que cresceu para dentro vai ser desmontado na segunda metade deste século. O processo é complexo: a tecnologia permitiu a criação da empresa transnacional e a globalização tecnológica vai abrir espaço, progressivamente, para uma globalização financeira. A globalização financeira vai valorizar muito o capital disponível, dar muita força ao capital, capital fluido, porque se baseia numa redistribuição de renda apenas. Quando se paga o serviço desse capital, com taxas de juros muito superiores à taxa de produtividade, se está concentrando renda.

MCT — *A riqueza está se financeirizando. Não está mais baseada na produção, mas na acumulação financeira.*

CF — Isso foi coisa que pouca gente percebeu. A revolução tecnológica que facilitou a criação da empresa transnacional, ou a consolidou e privilegiou, maximizou suas possibilidades por ter acesso a qualquer mercado. A empresa transnacional, por definição, precisa crescer para fora e acumular liquidez. É impressionante ver como, na segunda fase do capitalismo, a capacidade de poupança aumentou. Um país como o Japão tem uma poupança de 35%, 40%. Essa poupança tão elevada transborda das fronteiras nacionais, necessariamente. Se não for assim, a taxa de rentabilidade começa a diminuir e o sistema entra em crise. A chamada crise cíclica é uma demonstração de que isso era fatal. Havia um crescimento da produção, das empresas, e depois não se tinha crescimento suficiente de demanda. Era preciso que os salários crescessem. Com

o crescimento para fora, justifica-se usar mão-de-obra mais barata. Aos poucos, o capitalismo vai se modificando e passam a dominar duas forças: a inovação tecnológica, que cria produtos novos permanentemente e permite expandir o mercado; e a expansão financeira, que permite a grande acumulação de capital e a criação de certos centros financeiros, que manipulam a poupança do mundo inteiro. Esse capitalismo novo é dominado, curiosamente, por funcionários das finanças, e não mais pela figura do capitalista, do dono de empresa, com o sentido de tempo diante dele. Os grandes fundos de pensão são administrados por pequenos burocratas. São funcionários que ganham muito dinheiro também, mas que só têm uma preocupação: maximizar as vantagens a curtíssimo prazo. Esse sistema está passando por uma fase de transição importantíssima. O domínio crescente do capital financeiro — o capital financeiro totalmente separado do sistema produtivo, administrado por funcionários que não são proprietários desse capital e operando a partir de alguns centros — beneficiou o sistema monetário norte-americano. O dólar passou a ser a moeda mundial, que cria liquidez. A possibilidade dos Estados Unidos de criar dinheiro e liquidez internacional é quase sem limites. Por outro lado, o país não tem interesse em regulamentar esse poder. Todos percebem que é preciso mudar, mas quando se trata de passar à ação, todos recuam e falam em se apoiar nos mercados. É porque os grandes beneficiários desse sistema são os Estados Unidos, país que tem a menor taxa de poupança...



MCT — *E o mais endividado...*

CF — E o mais endividado. Com uma dívida externa de mais de US\$ 1 trilhão, uma taxa de poupança pequena, poupança privada praticamente zero e dependendo da poupança pública. A poupança pública foi criada para financiar o sistema militar, e este vem, em parte, se desmantelando. Na verdade, não é só a poupança americana, mas o dinheiro do mundo inteiro que circula pelos bancos americanos. São eles os beneficiários da confusão e do jogo de liquidez internacional. Não existe nenhum banco central que tenha capacidade de monitorar isso.

MCT — *Mas o deles ajuda bastante... O Fed [Federal Reserve Board] intervém para salvar os americanos...*

CF — Para salvar os bancos, quando a coisa está muito ruim...

MCT — *Nessa crise, eles intervieram...*

CF - Exato. E salvaram o México. Foram eles, não foi o Fundo Monetário Internacional [FMI], é óbvio. Mas eu quero dizer o seguinte: reúnem-se os países poderosos do G-7<sup>19</sup> e não têm nada o que fazer, porque são dominados pelos americanos nesse terreno da criação de liquidez internacional. Os bancos centrais perderam a autoridade, a capacidade de monitorar. E estamos diante de uma

---

19. Grupo formado pelos sete principais países industrializados (Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Grã-Bretanha, Itália e Canadá).

situação de impasse. Todos percebem que alguma coisa tem de ser feita, um entendimento novo, uma nova institucionalização internacional, uma nova reunião de Bretton Woods<sup>20</sup>, para enfrentar uma situação completamente diferente. Tudo isso só se pode fazer na medida em que os americanos permitam, porque são eles os beneficiários.

MCT — *O que significa dizer que, para mudar, a crise vai ter de chegar neles... Eles estão flutuando com uma massa de riqueza enorme sobre um mercado totalmente móvel e flexível. Quando dá bode, o pessoal se refugia lá...*

CF — O dinheiro só confia neles. O dólar é a moeda de referência para todos os países, todos os bancos centrais trabalham com dólar...

RRP — *Quando da crise da Ásia, em 1997, houve uma reunião, em Brasília, extremamente interessante. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, chamaram o Armínio Fraga, que tinha sido um dos autores da modificação nos controles cambiais e, depois, foi ser operador dos fundos do George Soros<sup>21</sup>, do Quantum Fund. Ele veio para o Brasil e teve uma reunião, se não me engano no Palácio da Alvorada, com Fernando Henrique, Malan e Gustavo Franco. Depois da*

---

20. Conferência de Bretton Woods (New Hampshire, Estados Unidos), em que foram assinados acordos internacionais assinados entre 44 estados aliados, em 1944, na criando uma nova política monetária e comercial internacional. Criaram o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

21. Multimilionário e megaespeculador nascido na Hungria e naturalizado norte-americano. Criador dos institutos Open Society,

*reunião falou ao jornal O Globo sobre a situação do Brasil. Em determinado momento, ele disse, referindo-se às reservas do Brasil: “As nossas reservas, ontem, estavam em tanto...”. Nem para o Senado o governo revela em quanto estavam as reservas no dia anterior. Arminio já tinha sido do lado de cá, realmente, fora diretor do Banco Central. Mas, naquele momento, representava o grande especulador internacional. A Malásia estava acusando o seu patrão, George Soros, de ter desarticulado o país.*

CF — Faz bastante tempo que esse processo vem sendo gerado: houve o caso da Inglaterra, um país poderoso e com experiência, que foi empurrado contra a parede por George Soros e teve que desvalorizar a libra. Nunca tinha havido um caso igual: um especulador conseguir botar contra a parede um grande Banco Central.

MCT — *Racionalmente, se reconhece que esse sistema não se sustenta, mas ainda opera, é claro.*

CF — Se o sistema persiste, é porque há muita gente interessada. Os Estados Unidos sustentam tudo isso. Se a mudança dependesse de uma coligação de países, já se teria feito.

MCT — *Algumas mudanças devem ser feitas. Nós não temos o chamado circuit breaker, a interrupção dos negócios na Bolsa de Valores sempre que uma queda no preço das ações é muito grande? Por que não se interrompe o movimento de capitais quando se tem*

---

espalhados por mais de 20 países, cujo objetivo é promover a “sociedade aberta, autônoma e livre-pensante”.

*fuga violenta de capital de um país? É preciso ter um circuit breaker para isso. Pelo menos essa regra podem adotar. Uma fuga de capitais muito violenta prejudica as nações, as põe de cócoras, arreventa com elas e não há ajuste fiscal que resolva. Então, é muito simples: quando essa fuga passar de certos limites, estão todas as nações autorizadas a fazer a interrupção...*

CF — Mas, para isso, você precisaria ter um controle de câmbio...

MCT — *O que impressiona é não permitirem sequer um controle de câmbio em emergências. Enquanto se espera por uma nova reunião de Bretton Woods, que regule essa porcaria de novo, a crise vai explodindo...*

CF — Se eles usassem o *circuit breaker* para interromper os canais oficiais dos fluxos internacionais, sairia muito dinheiro por formas que eles não podem controlar...

MCT — *Isso é verdade.*

CF — Eles sabem as limitações que têm. Estão amarrados no sistema.

RRP — *É essa amarração que talvez explique por que uma pessoa inteligente, como o Fernando Henrique, se refira ao MST da maneira como vimos, faça uma política agrícola como essa. Ele está atrelado a esse tipo de capitalismo...*

CF — Mesmo uma pessoa inteligente comete erros de apreciação. Acho que, na verdade, todo mundo no poder tem muitas limitações e sempre barganha, em qualquer situação. Resolve um problema assumindo mais risco.

Fernando Henrique precisa ter apoios internacionais. Se der sinal de que está agindo com independência, pode sofrer, internacionalmente, digamos, uma puxada de tapete. E o dinheiro vai embora, como já aconteceu com vários países. Não tem ninguém que resista a isso. Só os europeus, porque já se organizaram na União Européia; sozinhos, formam um bloco muito grande, e seus bancos centrais mais ou menos estão se defendendo, protegendo uns aos outros, controlando estudos e informação entre eles...

MCT — *Assim mesmo, só depois da crise de 1992...*

CF — Hoje em dia eles mais ou menos administram a situação, seguram.

MCT — *Mas têm limites. Quiseram ajudar a Rússia, em maio, quem não deixou foi o Fundo Monetário...*

CF — O Fundo Monetário cometeu erros gravíssimos. Desmantelou a Coréia do Sul, um país que tinha recursos para resistir. Hoje, além de o FMI ter poucos recursos, é escravo de uma visão superada. Até o Milton Friedman<sup>22</sup> critica o Fundo Monetário. Você pode imaginar como o Brasil está vulnerável nesta situação. Está vivendo por um

---

22. Economista norte-americano (1912). Pioneiro do monetarismo contemporâneo, Friedman é famoso principalmente por sua defesa do livre mercado auto-regulado e por sua inabalável hostilidade à teoria keynesiana. Agraciado com o Prêmio Nobel de Economia em 1976, teve enorme influência sobre a teoria e a prática econômicas, especialmente nos governos conservadores dos anos 70 e 80.

triz. Saber manobrar nessas condições é coisa para um estadista de primeira ordem. No caso de Fernando Henrique, só vamos saber se tem capacidade de ser estadista depois de passada essa eleição. Porque ele foi totalmente dominado pela idéia de se reeleger, e fez concessões de todos os lados...

MCA — *Se for reeleito, ele vai se libertar do controle dos conservadores?*

CF — Como sou um otimista, digo que ele terá muito mais poder depois da eleição, ele ou quem assumir o poder, que também pode caber ao PT. Se for o Fernando Henrique, ele só não exercerá mais poder se não quiser — espero que não esteja pensando em outra reeleição...

RRP — *No grupo dele, se falava em 20 anos...*

MCT — *Agora, o grave não é isso. O grave é que isso o coloca numa mesma situação de prisioneiro, como o México e a Coréia do Sul. O México e a Coréia foram empurrando a crise com a barriga e não tomaram nenhuma medida até terminar a eleição. Foi o que o Malan já disse: “Vamos fazer o ajuste depois”. Só que, depois, estoura. Este é o quinto repique desta crise. O menino do Banco Central tinha dito que com US\$ 10 bilhões de saída de reservas ele já interviria. Agora, a imprensa deixou escapar que ele só intervirá com uma saída de US\$ 30 bilhões. Ora, com uma perda de US\$ 30 bilhões nas reservas, você fica de cócoras, fica sem dinheiro para pagar os compromissos do ano. Eu insisto: o Brasil é muito grande, sua economia é muito complexa, não é fácil tirá-lo do*

*buraco. Mesmo a Rússia foi um deus nos ajuda, não conseguiram evitar a quebraadeira. O Brasil não deveria entrar em moratória como entrou a Rússia: sem reservas, todo explodido. Deveria atuar no circuit breaker, fazer o circuito parar, nem que seja por oito dias. Parar o mercado secundário de venda de dólares, o mercado flutuante...*

CF — É evidente que, para fazer isso, seria preciso alguém que tivesse energia e coragem e soubesse encontrar forças para restabelecer o sistema de controle cambial. Um tipo de *circuit breaker* e, por outro lado, uma disciplina de câmbio, seletiva.

MCT — *Sim. Seletiva.*

CF — Voltar ao sistema clássico de controle cambial e, portanto, ter defesas contra a especulação de curto prazo. Se você tirar o país dos esquemas de curto prazo, como fizeram os europeus, ele não terá problema maior. Veja que os europeus estão atravessando a crise, não se ouve falar neles. A França até melhorou este ano, em tudo. Eles estão muito otimistas. O *Le Monde* chegou a falar que é até exagero: o pessoal está demasiado otimista, porque a situação do emprego melhora, a situação da produção melhora. Por quê? Porque têm essa cobertura da Europa, ninguém vai fazer uma especulação, agora, contra toda a Europa junta, que tem um poder enorme...

MCT - *Mas os alemães levaram uma trombada, agora; a bolsa de Frankfurt também foi atingida...*

CF - A Alemanha se expôs demasiado na Ásia.

MCT — *E se expôs muito na Rússia, também...*

CF — Os alemães quiseram tirar partido da situação em curto prazo. A Alemanha não é brincadeira: exportou capital todo o tempo. Só no ano que teve de reconstruir a Alemanha do Leste é que parou essa exportação de capital, mas tem um excedente enorme. E investiu tremendamente, aproveitando a desordem que se criou lá do outro lado da rua. Agora está em uma situação complicada, mas tem meios...

MCT — *O Japão também... Ambos comprometeram os seus bancos com esse jogo...*

CF — Sim, mas o Japão é um país doente, que criou um sistema que necessita de poupança excessiva e que não sabe o que fazer com ela.

MCT — *Os alemães meteram os seus bancos nessa jogatina...*

CF — Isso é um problema administrativo, Maria. Você sabe que o banco não cria dinheiro, mas administra e vive dessa intermediação. O Japão tem um poder financeiro grande, investe nos Estados Unidos US\$ 50 bilhões, US\$ 60 bilhões por ano. Com esse poder financeiro todo, só pode se equilibrar se houver uma saída para esse dinheiro. E o país não consegue transformar a sua sociedade no sentido de absorver mais dinheiro.

MCT — *É verdade, aí entraram na jogatina dos americanos...*

CF — E investiram fortemente na Ásia, naqueles países todos, bilhões e bilhões de dólares. E estavam muito satisfeitos, ganhando bastante dinheiro, se enriquecendo



com o dinheiro investido fora. Quando veio abaixo esse sistema, ficaram afogados em dinheiro. Quer dizer, é o inverso dos outros países...

MCT — *O impressionante é isso: os dois maiores países credores, Japão e Alemanha, estão afogados por razão oposta à nossa e quem sobrenada é os Estados Unidos. O grande devedor fica por cima. Porque todo o dinheiro vai para lá...*

CF — É devedor de US\$ 1 trilhão, mas tem o privilégio de emitir a moeda de circulação universal. É uma prova de como o sistema atual é irracional.

MCT — *É um desequilíbrio estrutural muito grande. Atingiu dois países superavitários, dois credores mundiais, a Alemanha e o Japão. Pôs a corda na garganta de todos os devedores menores. E o maior devedor do mundo fica sobrenadando e arbitrando os lucros e as perdas dos outros.*

CF — Tem de começar por uma transformação institucional, internacional. Seria preciso convocar uma nova conferência de Bretton Woods — pelas Nações Unidas, e não pelo Fundo Monetário, que é controlado por um pequeno grupo de países. Deveria ser uma conferência realmente aberta, para estabelecer as bases de um sistema de controle dos fluxos internacionais, evitar uma fragilidade como a atual. A tendência hoje em dia é todo mundo se endividar...

MCT — *No limite, o senhor não acha que era o caso de, unilateralmente, introduzir alguns circuit breakers e começar a fazer algum controle de câmbio?*

CF — Fernando Henrique, desse ponto de vista, está de acordo. Acha que alguma coisa precisa ser feita.

MCT — *Quando está fora do país, ele fala nisso...*

CF — Ele diz que alguma coisa tem de se fazer, mas não tem força.

RRP — *Essa é a questão. Para ter força, ele precisa ter força internamente, e essa força ele foi buscar no PFL, nos conservadores, nos que estão interessados em manter a situação atual, não em mudá-la.*

CF — Um país como o Brasil tem alguma importância, mas como vai convencer os outros de que eles têm de fazer alguma coisa? A verdade é que os americanos não têm interesse maior nisso.



Caso não encontre este livro nas livrarias,  
solicite-o diretamente a:  
Editora Fundação Perseu Abramo  
Rua Francisco Cruz, 234  
04117-091 — São Paulo — SP  
Fone: (011) 571-4299  
Fax: (011) 573-3338  
E-mail: [editora@fpabramo.org.br](mailto:editora@fpabramo.org.br)  
Home-page: <http://www.fpabramo.org.br>

A 2ª edição de *Seca e poder – Entrevista com Celso Furtado* foi feita na cidade de São Paulo em março de 1998 pela Cromosete Gráfica e Editora Ltda. para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 1.500 exemplares. O texto do livro foi composto em Garamond no corpo 11/13,5. Os fotolitos da capa foram executados pela Graphbox e os laserfilms do miolo foram produzidos pela própria Editora. A capa foi impressa em papel Cartão Supremo 250g; o miolo foi impresso em Chamois Bulk Dunas 80g.